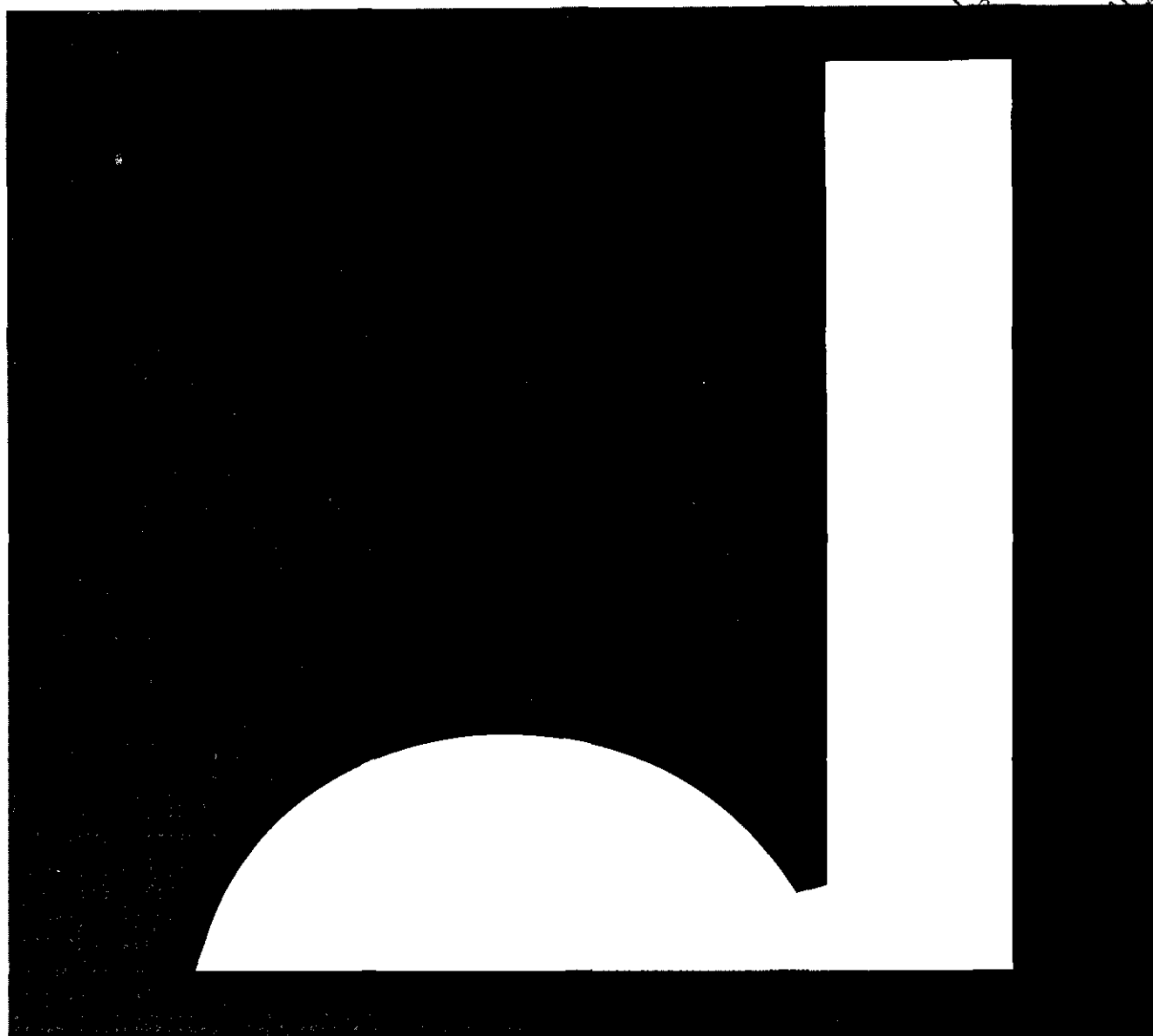
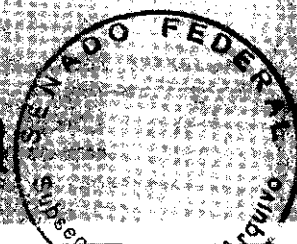




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 069

SÁBADO, 20 DE ABRIL DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º) Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º) Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS

Líder

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL

Líder

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 45ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE ABRIL DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Senhor Presidente da República

Nºs 151 e 152, de 1996 (nºs 329 e 330/96, na origem), de 17 do corrente, restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados. 06605

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

Nº 150, de 1996 (nº 327/96, na origem), de 17 do corrente, referente à indicação do Sr. GERALDO AFFONSO MUZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República do Benin. 06605

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura de inscrições para oradores do Expediente da sessão ordinária deliberativa do dia 23 do corrente, destinado a homenagear o Dia do Índio, nos termos do Requerimento nº 368, de 1996, aprovado ontem. 06607

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JONAS PINHEIRO – Endividamento agrícola. Preocupação com as dívidas dos produtores rurais não securitizadas. 06607

SENADOR NEY SUASSUNA – Vocação turística do Nordeste. 06610

SENADOR CASILDO MALDANER – Considerações acerca do conflito entre os sem-terra e a polícia no Estado do Pará, ocorrido recentemente. 06611

SENADOR BERNARDO CABRAL – Cons-
tatação de S. Exa com o incidente entre a polí-

cia e os sem-terra no Estado do Pará. Lamentando o massacre no Líbano provocado por Israel. 06613

SENADOR ERNANDES AMORIM – Convocação do delegado denunciante de remessa ilegal de dinheiro ao exterior pelo Banco Excel, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Perplexidade com a posição do Presidente da República quanto aos conflitos agrários. 06616

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Homenageando Brasília, seus fundadores e construtores, nos seus 36 anos. Lamentando os preocupantes sinais de degradação urbana no Distrito Federal. 06620

SENADOR SÉRGIO MACHADO, como Líder – Posição oficial do Governo do Pará sobre violências policiais cometidas contras os sem-terra. 06623

SENADOR ERNANDES AMORIM – Desinteresse do Governo Federal para com a solução dos conflitos agrários em todo o País. 06624

SENADOR SÉRGIO MACHADO – Isentando o Governo Federal em relação ao incidente no Estado do Pará. 06624

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Defendendo o Governador Almir Gabriel no episódio da violência policial contra os sem-terra no Estado do Pará. 06625

SENADOR LÚDIO COELHO – Observações sobre o respeito devido à lista de oradores inscritos. Premência de redefinição da reforma agrária. 06626

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Transcurso, no próximo dia 21, do 36º aniversário de Brasília. Preocupações com os problemas urbanos da cidade. 06628

SENADOR CARLOS WILSON – Exigindo do Governo Federal que o mesmo tratamento dado ao Banco Econômico seja concedido ao Banco Mercantil de Pernambuco. 06630

SENADOR LAURO CAMPOS – Deficiências do próprio sistema capitalista causadoras do desemprego..... 06631

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Registrando depoimento do Sr. Paulo César Ximenes, Presidente do Banco do Brasil, em reunião secreta, ontem, da Comissão de Assuntos Econômicos. Defesa do Banco do Brasil..... 06634

SENADOR LÚCIO ALCANTARA – Dia Mundial do Consumidor e 5º aniversário do Código de Defesa do Consumidor brasileiro..... 06635

SENADORA MARLUCE PINTO – Dia Nacional do Índio. Defesa de uma nova política indigenista..... 06636

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 44ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 18 de abril de 1996 (Publicada no Diário do Senado Federal, de 19 de abril de 1996). 06638

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 448 a 450, de 1996..... 06638

4 – ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Nº 1, de 1996..... 06639

5 – ATO DO DIRETOR EXECUTIVO DO PRODASEN

Nº 37, de 1996..... 06640

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

**ATA DA 45ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 19 DE ABRIL DE 1996**
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 50ª LEGISLATURA
Presidência dos Srs. Júlio Campos, Emandes Amorim e Bello Parga

O SR. PRESIDENTE (Emandes Amorim) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 151, de 1996 (nº 329/96, na origem), de 17 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1994 (nº 5.017/90, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 659 da Consolidação das Leis do Trabalho, sancionado e transformado na Lei nº 9.270, de 17 de abril de 1996; e

Nº 152, de 1996 (nº 330/96, na origem), de 17 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1996 (nº 4.897/95, na Casa de origem), que altera os arts. 366 a 370 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, sancionado e transformado na Lei nº 9.271, de 17 de abril de 1996.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo, cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

**MENSAGEM Nº 150, DE 1996
(nº 327/96, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 39, § 1º, do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Geraldo Affonso Muzzi, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Os méritos do Embaixador Geraldo Affonso Muzzi, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 1996. - **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 148/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 15 de abril de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, com o disposto no art. 56, § 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 39, § 1º do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa Minuta de mensagem ao Senado Federal da destinada à indicação do Senhor Geraldo Affonso Muzzi, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Benin.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **currículum vitae** do Embaixador Geraldo Affonso Muzzi, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exames de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Lulz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Ministro de Segunda Classe Geraldo Affonso Muzzi

Belo Horizonte/MG, 8 de maio de 1939.

Filho de José Affonso Muzzi e Leontina Alves Muzzi.

Curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR, Belo Horizonte, 1958/60.

Bacharel em Direito, UF/MG, 1961.

Seminário sobre Legislação Americana e Direito Comparado, Washington University, Saint Louis, USA, 1961.

Seminário sobre Direito Comparado patrocinado pela Inter American Bar Foundation e Universidade do Paraná, 1961.

Professor de Inglês no ICBEU, Belo Horizonte, 1961/64.

Professor de Inglês na ACM e no Lincoln-Kennedy Instituto de Idiomas, Belo Horizonte, 1965/68.

Professor de Inglês no ICBEU, Rio de Janeiro, 1968/71.

CPCD do IRBr, Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

Curso de Treinamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, 1975. XIV CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971.

Segundo Secretário, antiguidade, 19 de março de 1976.

Primeiro Secretário, merecimento, 26 de junho de 1980.

Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1984.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de dezembro de 1990.

Assistente do Chefe da Divisão Jurídica, 1971/72.

Assistente do Chefe da Divisão de Turismo, 1972.

Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1973.

Assistente do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral-Adjunto para Promoção Comercial, 1973.

Coordenador, da Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, 1983/85.

Chefe da Divisão de Atividades Auxiliares do Departamento Geral de Administração, 1985.

Chefe da Divisão de Fronteiras, 1989/91.

Moscou, Terceiro Secretário, 1974/76.

Moscou, Segundo Secretário, 1976.

Estocolmo, Segundo Secretário, 1976/79.

Estocolmo, Chefe do SECOM, 1976/79.

Lima, Segundo Secretário, 1979/80.

Lima, Chefe do SECOM, 1979/82.

Lima, Primeiro Secretário, 1980/83.

São Francisco, Cônsul, 1985/89.

Munique, Cônsul-Geral, 1992/94.

Lagos, Embaixador, 1994/96.

VI Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Peru, Lima, 1979 (delegado).

Delegação Brasileira às Reuniões do Grupo Misto de Transportes Peruano-Brasileiro, Lima e Inapari, 1980 (membro).

Reunião do Comitê ad hoc de Pessoal da Organização Internacional do cacau, Lagos, 1980 (delegado assessor).

Reunião do Comitê de Água Doce do SELA, Lima, 1980 (observador).

Reunião do Grupo do Consenso de Cartagena sobre Dívida Externa, São Domingos, 1985 (assessor).

Publicações:

"O Pacífico, ponto de convergência da economia mundial, cooperação e rivalidades. Perspectivas para o comércio e a diplomacia brasileira". Tese para o XIV CAE, IRBr, 2 volumes, 326 páginas, fevereiro 1987.

Chefe da Seção de Promoção de Vendas da Usiminas, Belo Horizonte, 1963/66. Chefe da Seção de Vendas em Belo Horizonte, Usiminas, 1966/67. Assessor do serviço de Controle da Usiminas, Belo Horizonte, 1967/68. Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro do Ministério da Fazenda, por concurso, 1963. Fiscal de Rendias do Estado de Minas Gerais, Secretaria da Fazenda, por concurso público, 1968.

Ordem da Estrela Polar, Cavaleiro, (Suécia).

Ordem do Mérito de Serviços Distinguidos, Oficial, Peru.

Ordem do Sol, Oficial, (Peru).

Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais.

Cidadão Honorário do Estado de Washington, EUA.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

Dados Básicos Sobre Países

País: Benin

Atualização em: 3-4-96

Responsável: DAF-I

Síntese do País

Nome Oficial do País: República do Benin

Área em Km²: 112.622

População: 5.400.000 Hab. Ano: 1995

Língua: Francês (oficial), Bariba, Fulani, Fon

Data Nacional: 1^a-8

Capital: Cotonou

Fronteira com o Brasil:

Colônia Brasileira: DND

Sistema de Governo: República Presidencialista

Autoridades

Chefe de Estado: General Mathieu Kerekou (eleito)

Chefe de Governo: General Mathieu Kerekou (eleito)

Chanceler:

Embaixador do Brasil: Não possui Embaixador residente

Presença Brasileira

Chefe do Posto: Geraldo Affonso Muzzi
Embaixador Designado
Missão Brasileira: Cumulativa com a Embaixada em Lagos
PLOT 257 Kofo Abayoni Road
Tel.: (002341) 61-0177 e 61-0135
Outras Repartições e

Temas Sobre o País

Eleição e posse do Presidente Mathieu Kerekou, abril/1996.

Temas da Agenda Bilateral

Casa de Benin em Salvador;
Casa do Brasil em Ouidah
"Brasileiros" – comunidade de escravos retornados;
ZPCAS;
Construtora Andrade Gutierrez

Visitas Oficiais

Mai/87-Chanc. Guy Landry visita Brasil;
Nov/72-Chanc. Gibson Barbosa visita Benin;
Set/93-Encontro do Chanceler Celso Amorim com o Chanceler Robert Dossou, do Benin – Brasília;
Out/93– Encontro do Secretário-Geral com Senhor Candide Pierre Ahouensou por ocasião de sua despedida como Embaixador do Benin;
Out/94 – Visita do Chanceler Robert Dossou ao Brasil. ZPCAS.

Atos Bilaterais

1987 – Protocolo Aditivo ao Acordo Cultural;
1972 – Acordo Cultural;
1972 – Declaração Conjunta.

Comércio Bilateral

Exportações do Brasil : US\$4.418.452,00 Ano : 1995

Principais Produtos : Barra de ferro/aço, artefatos para joalheria, painéis de fibra de madeira, azulejos, etc.

Importações para o Brasil : US\$42.404.413,00 Ano : 1995

Principais Produtos : Algodão não cardado nem penteado, rolinhas tampas, acessórios para embalagem, impressora a jato de tinta.

Economia

PIB : US\$2,1 Bilhões Ano : 1993

Moeda/Câmbio : Franco CFA. 1 US\$ = 495,00 FCFA, DEZ/95

Princ. Ativ. Economica : Agricultura (36% do PIB)

Exportações Totais : US\$77.400.000,00 Ano : 1988

Principais Produtos : Óleo Vegetal, Algodão.

Importações Totais : US\$530.000.000,00 Ano : 1988

Principais Produtos : Combustíveis, Maquinária, Têxteis.

Déficit : US\$452.600.000, Período 1987-1988

Informações para viagem

Vôos do Brasil : Não há vôos diretos

Exigência de Visto :

Fuso Horário :

Corrente Elétrica :

Padrão de TV :

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Emandes Amorim) - O expediente lido vai à publicação.

A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão ordinária deliberativa de 23 do corrente será dedicado a homenagear o Dia do Índio, de acordo com o Requerimento nº 368, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que estão abertas as inscrições para a referida homenagem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os planos econômicos implantados nos últimos anos provocaram, sistematicamente, um descasamento dos índices de correção dos financiamentos e dos preços dos produtos agrícolas e graves conseqüências no quadro da vida do setor agrícola, levando-o a uma crise sem precedentes.

Assim, o endividamento na agricultura atingiu níveis tão elevados que praticamente vem engessando e comprometendo esse estratégico e vital setor da economia brasileira e até a própria viabilidade e sobrevivência do Plano Real.

A securitização das dívidas agrícolas, acordada a partir de amplo processo de entendimento entre o Governo Federal, a Frente Parlamentar da Agricultura e o Senado Federal, e transformada na Lei nº 9.138, de 1995, aprovada pelo Congresso Nacional e

sancionada pelo Presidente da República, viabilizou o processo de alongamento das dívidas dos produtores rurais, inclusive associações e cooperativas.

Sem dúvida, ao possibilitar que os produtores rurais, com débitos até R\$200 mil, paguem suas dívidas, no prazo de 7 a 10 anos, com carência de 1 a 2 anos, com juros de 3% ao ano e com equivalência-produto, está-se dando condições para que continuem produzindo, gerando emprego e riqueza, tão necessários para a sociedade.

Entretanto, Sr. Presidente, a securitização das dívidas agrícolas, nos moldes acordados, apesar de contemplar um universo de 220 mil produtores, possibilitará o alongamento de apenas 26% da dívida existente, deixando de lado cerca de 74% do seu montante.

Dessa maneira, cerca de três quartos da dívida do setor agrícola não serão contemplados no processo de securitização e somente poderão ser alongados após negociações com os agentes financeiros, com taxas que atingem 35% ao ano, em condições, portanto, absolutamente incompatíveis com a capacidade de pagamento e a própria lucratividade do setor.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, alongar dívidas dos produtores rurais, com taxas atingindo esse patamar, é simplesmente adiar o problema presente, visto que eles jamais poderão quitá-las com encargos tão elevados. Muito provavelmente, dentro de 2 ou 3 anos, a crise refluirá com maior intensidade e gravidade.

Aliás, o Conselho Monetário Nacional, ao regulamentar o processo de securitização, definiu que se poderá dar tratamento diferenciado às situações de concentração regional de endividamento agrícola.

Nesse caso, seria dada prioridade, para tratamento diferenciado, à região arrozeira do Estado do Rio Grande do Sul e à região sojeira do Centro-Oeste, em particular, do Estado de Mato Grosso, por serem essas regiões as que mais apresentam concentrações de endividamento.

No caso específico do Estado de Mato Grosso, o endividamento total do setor agrícola, em dezembro de 1993, era de R\$900 milhões. Em dezembro de 1995, portanto, dois anos após, o endividamento atingia R\$2,05 bilhões, num crescimento da ordem de 120%, em decorrência, sobretudo, do descasamento entre os índices de correção dos financiamentos e dos preços dos produtos agrícolas.

Esse endividamento corresponde a 48% do PIB do Estado de Mato Grosso, numa situação pe-

culiar, já que o Estado tem 70% de sua economia assentada na agricultura.

O Sr. Ney Suassuna - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna - Senador Jonas Pinheiro, não há atividade econômica, exceto a financeira, que tenha esse rendimento. Uma atividade que gera alimentos e que permite a este País exportar excedentes não consegue acompanhar a velocidade do crescimento da dívida. O problema que V. Ex^a levanta é realmente preocupante, todos nós sabemos, e é preciso que o governo dirija suas vistas para o setor primário, que sustenta todos os demais.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Esse programa de securitização da dívida dos agricultores vem resolver, principalmente, o problema social, o problema dos pequenos devedores, aqueles que devem até R\$200 mil. Esses vão conseguir securitizar a sua dívida, isto é, transformar em produto e pagar com 7 a 10 anos de prazo, com 1 ou 2 anos de carência. Esses produtores, com certeza, vão continuar no processo produtivo, porque seu problema está devidamente resolvido. Entretanto, aqueles que devem acima de R\$200 mil, e, em termos de Brasil, isso representa 74% da nossa agricultura, continuarão em dificuldades. No nosso Estado, o Mato Grosso, isso complica, porque aqueles que devem acima de R\$200 mil representam 80% da agricultura do Estado; a dívida desses produtores é muito maior. Portanto, esses continuam sem condições, uma vez que R\$200 mil é pouco, em relação à dívida.

Devido ao perfil de produção no Estado do Mato Grosso, baseado na exploração de grandes módulos, onde 80% das lavouras estão em áreas individuais superiores a 1000 hectares, a securitização, até o limite de R\$200 mil, contemplará somente 20% da produção, não abrangendo os produtores que são responsáveis por cerca de 80% da produção, que, somente de grãos, representa 6 milhões de toneladas no Estado do Mato Grosso.

Assim, no Estado de Mato Grosso, enquadram-se dentro do limite securitizável apenas R\$400 milhões, restando cerca de R\$1,6 bilhão, que somente poderá ser alongado mediante acordo com os bancos, cujas condições até então apresentadas são inviáveis para os produtores rurais.

Simulações estatísticas realizadas pelo Sindicato Rural de Rondonópolis mostram que os produ-

tores que têm dívidas superiores a R\$200 mil - portanto, não alongadas com equivalência-produto e taxas de 3% ao ano - necessitam, para quitar suas dívidas no sétimo ano, produzir oitenta sacos de soja por hectare e terão déficit, no período de sete anos, de cento e dezesseis sacos por hectare acumulado em sete anos, tal a elevação do montante dessa dívida.

Ora, será absolutamente impossível para esses produtores quitarem essas dívidas com tais condições, visto que a produtividade média atual da cultura da soja, por exemplo, no Estado do Mato Grosso é da ordem de 45 sacos por hectare e, inclusive, uma das mais elevadas do País.

Dessa maneira, Sr. Presidente, se os produtores rurais do Mato Grosso não receberem tratamento diferenciado no processo de alongamento de suas dívidas, estar-se-á, fatalmente, condenando esse importante segmento produtivo do Estado e, por consequência, a própria economia estadual, já profundamente combalida pelos reflexos da forte crise que atinge o setor agrícola.

Tal situação levou a que se deslanchasse no Estado de Mato Grosso um amplo movimento denominado "Mato Grosso quer pagar. Securitização 100%", liderado pela Federação da Agricultura e pelo Sindicato Rural de Rondonópolis, que, com muita competência e profissionalismo, desenvolveu profundos estudos sobre o endividamento do setor agrícola no Estado e suas consequências.

Esses estudos foram apresentados detalhadamente aos integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura e à Equipe econômica do Governo Federal, que já tem, portanto, pleno conhecimento dessa problemática.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apelo para que, com a máxima urgência, seja dado tratamento diferenciado para o alongamento das dívidas agrícolas nos bolsões de endividamento, ampliando nessas regiões o limite de R\$200 mil para securitização dessas dívidas, de modo que os produtores rurais possam quitá-las com taxa de 3% ao ano, através do mecanismo da "equivalência-produto."

O Sr. Júlio Campos - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Júlio Campos - Senador Jonas Pinheiro, estamos ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a sobre a renegociação da dívida dos agricultores brasileiros. Trata-se de assunto bastan-

te debatido nas duas Casas do Congresso Nacional, na imprensa e pelo próprio povo brasileiro, que viu, diariamente, o empobrecimento do nosso campo. Isso somado à punição aos produtores brasileiros traz consequências nefastas não só quanto à diminuição da capacidade de produção do País. Tal política punitiva do sistema bancário brasileiro, com relação aos financiamentos da nossa agricultura, já proporcionou uma queda de mais de 10% da nossa produção nacional, nesta safra de 1996. O nosso próprio Estado do Mato Grosso, que, no ano passado, conseguiu colher uma safra de cerca de 7,7 milhões de toneladas de grãos, num total de quase 10% da produção nacional, chegando a quase 80 milhões de produção de grãos, este ano, vai colher pouco mais de 6 milhões. Isso significa menos alimento para o povo brasileiro e menos capacidade de exportação dos nossos produtos, principalmente do nosso Estado, que é grande produtor de soja. Ele traz em termos de divisas comerciais para o País cerca de US\$4 bilhões/ano. E, realmente, o programa que foi aprovado pelo Governo Federal, pelo Ministério da Agricultura e pelo próprio Banco do Brasil, para renegociação da dívida dos nossos produtores, com a palavra mágica de securitização, para o nosso Estado abrangeu menos de 30% dos nossos produtores. A economia dos Estados do Centro-Oeste e da própria Região Amazônica é, muitas vezes, diferente da economia do Centro-Sul ou do Nordeste brasileiro. Um programa de renegociação da dívida até R\$200 mil pode significar muito para o produtor nordestino, para o produtor gaúcho, para o pequeno e microprodutor, mas para o produtor do Centro-Oeste não significa nada. Tanto é verdade que V. Ex^a, no seu pronunciamento, esclarece que 74% dos produtores mato-grossenses não foram beneficiados com essa política da securitização da nossa dívida. Com isso, mais de dois terços, ou seja, 75% dos nossos produtores estão aguardando uma nova política, que virá futuramente. Lastimo a insensibilidade do Governo Federal em não estudar, neste instante, um novo programa, ou seja, estudar caso a caso, Estado por Estado, região por região. Não podemos comparar um cidadão que produz soja com um cidadão que produz arroz ou milho; tampouco comparar o produtor do Mato Grosso com o produtor de Santa Catarina, onde os proprietários rurais são pequenos e onde há milhares de produtores somando uma grande produção. No Mato Grosso, temos não tão grande número de produtores, mas grande produção sendo colhida pelos médios produtores mato-grossenses. Portanto, deixo neste instante a minha solidariedade a V. Ex^a. Mais uma vez, volto a dizer que lastimo os juros assassinos existentes neste País, com relação ao comércio, à indústria, ao povo brasileiro, principalmente ao agricultor. Por onde viajo, no mundo inteiro, Senador Jo-

nas Pinheiro, como engenheiro agrônomo, como professor de Agronomia e como produtor rural; procuro saber a respeito dos juros que se pagam para o financiamento agrícola. Na maioria dos países, eles são subsidiados, incentivados pelo Governo, ou, então, o máximo de 5% ao ano. Aqui, no Brasil, como V. Ex^a provou, se essa taxa que está aí continuar, ela ultrapassará a 30% ao ano, o que é um absurdo. Não há como pagá-la; com isso, cada vez mais, a agricultura será prejudicada, provocando o êxodo rural. O cidadão deixa de ser produtor; vem, então, para as cidades, inchando-as; depois volta para o campo como sem-terra, causando um problema sério, como o que ocorreu nas últimas 48 horas no Estado do Pará. Foi um verdadeiro massacre o que a Polícia do Pará fez com os integrantes do Movimento dos Sem-Terra. Tal assunto deve ser debatido, nesta Casa, com urgência, porque é um tema palpitante em nível nacional e internacional. Os países que não simpatizam com o Brasil, os nossos inimigos, já estão fazendo um escândalo na imprensa internacional sobre mais esse genocídio que ocorreu em nosso País. Portanto, nobre Senador Jonas Pinheiro, tem V. Ex^a a minha solidariedade integral e o nosso apoio no sentido de começarmos, imediatamente, um movimento para que os agricultores mato-grossenses e do Centro-Oeste tenham uma condição especial na renegociação de suas dívidas. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. JONAS PINHEIRO - Nobre Senador Júlio Campos, muito obrigado, sobretudo, por suas palavras, que são sempre ouvidas e cheias de razão.

Esse programa de securitização da dívida dos agricultores brasileiros vem, de certa forma, resolver os problemas de grande parte dos agricultores brasileiros, já que todos serão beneficiados; 94% deles estão securitizando 100% de sua dívida, porque vão até R\$200 mil. Os 6% que estão deixando securitizar a sua dívida são os maiores e equivalem, em termos nacionais, a 70% da produção agrícola.

No caso de Mato Grosso - e aqui eu gostaria de fazer uma pequena retificação no aparte do Senador Júlio Campos - 87% dos produtores terão suas dívidas securitizadas, porque estão dentro do limite dos R\$200 mil. Porém, os 13% restantes, ou seja, os que não securitizarão 100% de suas dívidas porque ultrapassam o limite de R\$200 mil representam 80% do total da produção brasileira. Coincide, também, com o tamanho da área cultivada dentro do Estado de Mato Grosso.

Por aí vemos o quanto produzem os mato-grossenses, sobretudo os gaúchos, os paranaenses, os catarinenses, os brasileiros de modo geral que vão para Mato Grosso porque conhecem a potencia-

lidade do cerrado mato-grossense e os preços baixos da terra para os padrões de outras regiões do País. Eles produzem e produzem bem. Nenhum lugar no Brasil e poucas partes do mundo têm uma produtividade tão grande quanto o Centro-Oeste do Brasil.

Sem dúvida nenhuma, o dia em que tivermos condições de estabelecer uma política adequada para o agricultor brasileiro, de fornecermos a infraestrutura adequada para a produção que pode ser gerada no Centro-Oeste brasileiro, com certeza esse grande celeiro que é o Centro-Oeste vai participar ativamente do grande objetivo de diminuir a fome dos povos da nossa terra.

Portanto, a securitização foi muito bem planejada e vai ser bem executada. Preocupam-nos exatamente aqueles que estão fora da securitização. Ora, já falamos aqui que quem está securitizando a sua dívida o faz com a equivalência/produto, com prazo de 7 a 10 anos, conforme capacidade de pagamento, com 1 ou 2 anos de carência, conforme a capacidade de pagamento, e com 3% de juros ao ano. Quem não o faz tem que pagar juros que chegam até 35% ao ano, sem prazo de carência e sem aquele prazo para pagamento da sua dívida.

Portanto, o que estamos tentando - na esteira do brilhante trabalho feito pelo Sindicato Rural de Rondonópolis, pela Federação da Agricultura e pelas entidades que cuidam do setor da agricultura no nosso Estado - é provar que os que não vão securitizar suas dívidas serão extremamente apenados e vamos ter, em consequência, uma queda da produção no Estado de Mato Grosso, no Centro-Oeste e também no Rio Grande do Sul.

Alerto, ainda, para a necessária urgência dessa decisão, para que se possa normalizar a situação dessas regiões produtoras e, assim, assegurar que os produtores rurais dêem continuidade às suas atividades, sobretudo pelo fato de que em breve terão que tomar as suas decisões e iniciar os preparativos para a próxima safra agrícola, para a felicidade do Brasil e para a sustentação do Plano Real.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Nordeste tem uma grande vocação turística. Infelizmente o clima não tem sido regular

há muitos e muitos anos, e as secas têm-se sucedido. No entanto, com engenho e arte temos conseguido alguns subterfúgios que fazem as catracas da economia girarem.

Em Campina Grande, no dia de ontem, começou a Micarang, um carnaval fora de prazo, onde grupos agitam a cidade com grande animação por três dias seguidos. Esse evento leva à Campina Grande, nesta época, cerca de 100 mil pessoas, que lotam todos os hotéis e casas de famílias que têm disponibilidade de quartos. Em outras palavras, faz com que o povo esqueça a miséria e as dificuldades e traz turistas que dinamizam a nossa economia.

Sr. Presidente, faço essa comunicação demonstrando que a saída para o Nordeste é o turismo, que, com engenho e arte, desde o Governo Ronaldo Cunha Lima, temos incentivado. Tem sido a Micarang de Campina Grande um evento em todo o Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Emandes Amorim, 4º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, por permuta com o Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres colegas, em primeiro lugar, eu gostaria de deixar registrado os meus agradecimentos ao eminente Senador Bernardo Cabral, que gentilmente atendeu à nossa solicitação para permutar e assim podemos cumprir o nosso horário.

Sr. Presidente, eu não poderia viajar para o Sul do Brasil, para o meu Estado especificamente, que é Santa Catarina, sem deixar de fazer também, aqui de público, e em poucas palavras, um registro sobre o que ocorreu no Estado do Pará.

Todos estamos enlutados, Sr. Presidente; o Brasil está enlutado. E isso vem ao encontro daquilo que o Senador Jonas Pinheiro, aparteado por V. Ex^a, Senador Júlio Campos, há pouco abordou da tribuna desta Casa: os problemas que vivemos no campo do Brasil inteiro.

Digo, consternado, que todos estamos enlutados por aquilo que ocorreu, porque se trata de um problema social, um problema que diz respeito a um conjunto. Eu vivi na carne, quando Governador do meu Estado, problemas quase que idênticos, tentando encontrar caminhos, muitas vezes com ordem ju-

dicial, mas procurando evitar que a polícia fosse executar a sentença judicial, pois o problema social que iria causar às famílias e a muitas pessoas seria muito sério.

Eu vivia um drama: vamos ou não quebrar o Estado de Direito? Vamos ou não cumprir a ordem judicial? Como vamos dar equacionamento a isso, evitando derramamento de sangue?

Isso tem ocorrido várias vezes no País e em todos os lugares e chama a atenção para o fato de que devemos parar um pouco e cuidar daquilo que está a ocorrer a cada dia, do Chuí ao Oiapoque, do Atlântico aos países da fronteira ocidental do nosso País.

Ora, estamos vivendo problemas muito contundentes, fortes. É um clamor social que não nos permite passar um fim de semana tranqüilo e que nos obriga a pensar.

Parece-me que isso vem ao encontro daquilo que eu sempre defendia nas minhas caminhadas: a interiorização do desenvolvimento. Não sei se faço isso porque sou ligado a pequenos municípios, a pequenas comunidades. Aliás, continuo sendo eleitor de uma pequena comunidade. O meu município de modelo, de onde sou eleitor hoje, não tem mais do que 3.000 eleitores. É bem pequenininho. Voto lá desde o tempo em que, com 20 anos de idade, fui vereador e ia a cavalo da minha comunidade até a Câmara de Vereadores. A propósito, o meu Estado, Santa Catarina, hoje já tem aproximadamente 2,5 milhões de eleitores - talvez passe disso.

Acredito que a interiorização do desenvolvimento pode resultar no equilíbrio da distribuição de renda entre as regiões e também no equilíbrio na distribuição dos bens entre as pessoas. É preciso reduzir a desigualdade, que é tamanha hoje entre pessoas e entre regiões. É preciso proporcionar equidade.

A interiorização do desenvolvimento diz muito de perto a todos nós. Podemos ajudar a montar diques para a interiorização, ou seja, levar o emprego, as condições para o trabalho na terra, a saúde lá para o interior, levar a educação, também o lazer às pequenas comunidades, fazendo com que as pessoas que lá existem se sintam bem. O Governo pode criar mecanismos. O BNDES poderia muito bem usar o Banco do Brasil e, em vez de fechar agências do Banco do Brasil em pequenas comunidades, em pequenos municípios, treinar o pessoal do Banco para que, não só das 9h da manhã às 4h da tarde, mas também nos finais de semana, em vez de ir às AABBs, se reúna com a comunidade. Os funcionários do Banco do Brasil poderiam receber

treinamento para isso, para ajudar aquelas pequenas comunidades menores do interior a encontrar caminho, na terra, na agroindústria, na produção, ajudando, assim, a criar saídas para essas comunidades. Esses funcionários do Banco do Brasil poderiam inclusive receber um quinhão a mais. Poderia haver um rendimento a mais para aqueles que ficam lá na frente, lá no interior, procurando levar e interiorizar o desenvolvimento e criar equilíbrio na sociedade brasileira. Acho isso fundamental.

Em vez de se fechar agências nas pequenas comunidades, que se feche aqui no Senado e em todos os outros lugares onde há agências em quantidade, para que essas pequenas comunidades possam ter essa assistência. Dessa forma, Sr. Presidente, estaríamos criando diques, represando, evitando o êxodo e o acúmulo de pessoas nas grandes cidades. Hoje, no Brasil, 75% da população está nas cidades, nos perímetros urbanos, e a tendência desse número é aumentar. Com isso, nas grandes cidades - tenho conhecimento disto, pois tenho vivenciado isso - existem sempre três grandes problemas: o saneamento básico, a habitação e a segurança. E repito: a segurança, a habitação e o saneamento básico.

Se conseguirmos fazer com que existam esses diques, essas represas, para que as pessoas fiquem no interior, ou para que as pessoas que residem nas grandes metrópoles sintam, com o tempo, até uma certa inveja - no bom sentido - daqueles que vivem nas pequenas comunidades, estaremos conseguindo o equilíbrio entre as pessoas e entre as regiões. Aí estaremos fazendo justiça no País inteiro, pois estaremos fazendo a distribuição da riqueza.

Precisamos fazer funcionar esses mecanismos, para irmos de encontro a fatos como esse que acaba de acontecer no Pará. É um problema social, e não podemos fugir disso.

Não só o Brasil, mas o mundo inteiro está comentando o que está ocorrendo no Pará. É muito problemático tudo isso. Precisamos, repito, criar mecanismos, o Governo tem que criar meios e colocá-los à disposição, para que possamos interiorizar o desenvolvimento e conseguir amenizar o que vem ocorrendo no Brasil como um todo nos dias de hoje.

O Sr. Ney Suassuna - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Ernandes Amorim - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Era esse o registro que eu queria fazer, e agradeço a bondade do Senador Bernardo Cabral. Antes, porém, de encerrar o meu pronunciamento, quero ouvir V. Ex^{as}, a começar pelo Senador Ney Suassuna. Em seguida, ouvirei o Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ney Suassuna - V. Ex^a está fazendo um pronunciamento realmente espetacular como definição de causas. Sai o cidadão da área rural, deixa de ser produtor, vai para a cidade e passa a ser consumidor, aumenta o anel de miséria, passa a pressionar por emprego, moradia, e, o que é pior de tudo, termina jogado na marginalidade e criando problemas na área de segurança. Precisamos repensar o interior do País, os pequenos conglomerados, dar condições de saúde, educação, higiene e, inclusive, qualidade de vida ao cidadão, para que não aconteça o que está acontecendo, o inchamento das nossas cidades e um desequilíbrio total de distribuição da população em nosso País. Meus parabéns.

O SR. CASILDO MALDANER - Recolho com muita gratidão o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Ney Suassuna.

Ouç o Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim - Senador Maldaner, tivemos conhecimento de que o próprio Presidente da República diz que o Brasil é um país onde 75% da população é urbana. O Presidente da República tem conhecimento disso, mas ele próprio não tem um programa de governo para modificar esse quadro. Esta semana, estive, em meu Estado, acompanhando o Ministro da Agricultura e, em uma reunião com mais de 3 mil pessoas, cobrei publicamente, de S. Ex^a e do Governo Federal, a aplicação de recursos na área rural, justamente para dar condições aos agricultores de permanecerem nas suas propriedades e desenvolverem a agricultura. O Ministro disse que o Governo Federal teria destinado R\$1,5 bilhão para a área agrícola, mas que só R\$300 milhões teriam sido tomados emprestados pelos agricultores. Vemos que R\$1,2 bilhão estão disponíveis, e, portanto, deve haver algum entrave para obtê-los, como juros altos. Deveria haver boa vontade dos próprios funcionários do Banco do Brasil; deveria haver um programa mais orientado para a população, para que ela fizesse uso desse dinheiro, porque R\$300 milhões é pouco para a agricultura de um país que tem uma população faminta. O Governo Federal procura contribuir para minorar a situação da população doando cestas básicas e não sei o que mais, mas acredito que tudo isso é errado. O certo seria levar à comunidade esses recursos, investir na agricultura, facilitar o crédito. E o Ministro comentava que, quando o agricultor tinha vontade de pegar emprestado o dinheiro, não tinha avalista. Mas qual é o agricultor que tem coragem de pegar esses recursos com esses juros altos? Ontem tive uma decepção na Comissão de Assuntos Econômicos, onde se votou a convocação de um delegado da Polícia Federal para depor sobre a denúncia de que o Excel estava mandando dinheiro para fora do

País ilegalmente: vi alguns Senadores quase brigarem para que ela não fosse aprovada. Não queriam a presença desse delegado de polícia para esclarecer essas irregularidades. Pedimos a criação de uma CPI para apurar os problemas dos bancos, mas, devido à convivência de muitos Senadores com esse sistema que está aí, ela foi anulada, não foi permitida. Nove Srs. Senadores, dentre os quais eu me incluo, entramos com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, buscando reativar essa CPI, e não conseguimos. Nesta Casa não está havendo interesse em contribuir para que mude essa política, para que sejam apuradas essas irregularidades, para que haja crédito barato para o agricultor, para quem quer produzir. O nobre Senador Bernardo Cabral lembra, muito bem, que há exceções. S. Ex^a assinou o requerimento solicitando a criação da CPI, que eu também assinei. Mas a intenção aqui é acobertar esse sistema econômico falido, e não se procura resolver esse problema, denunciar quem levou o dinheiro. Esses R\$25 bilhões que o Governo Federal investiu na área bancária foram tirados do banco por alguém, porque esse dinheiro não saiu andando. Para se trazer um delegado aqui para apurar, já que o corporativismo dentro do Senado foi tanto que não se aprovou a CPI, ainda há barreiras entre Senadores. Quase houve uma segunda briga ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de um Senador com o Presidente da Comissão, para se rever uma coisa que teria sido aprovada, que era a vinda do delegado para esclarecer o fato. O Senado deveria estar representando os Estados, com três Senadores para cada Estado. Deveria ser uma Casa de equilíbrio, que deveria estar decidindo em favor de esclarecer e apoiar o desenvolvimento. Mas ele não apóia o desenvolvimento. A maioria das palavras que falamos aqui não tem fundo, não tem objetivo. Mas vale a pena a lembrança de V. Ex^a, parabéns por tocar nesse assunto. É nesta Casa que têm de começar essas mudanças, é aqui que se tem que exigir que o Governo Federal dê apoio ao homem do campo e que leve energia para o campo, que leve saúde, segurança, e não permita isso que aconteceu no Pará. Reclamamos, aqui, o que aconteceu em Rondônia, mas a polícia até hoje está impune, nem sequer foi concluído o inquérito para punir os policiais de Rondônia. Mataram mais de 12 pessoas e não deu em nada. Se tivessem punido os policiais de Rondônia não teria acontecido o que aconteceu no Pará. Oxalá, a partir de agora, com essa mortandade e com esse escândalo internacional, o Governo Federal tome posição diferente, porque o que estamos vendo, atualmente, é o desgoverno à frente deste País.

O SR. CASILDO MALDANER - Veja bem, Senador, como os esquemas são complexos. Na ver-

dade, todos eles têm o seu fundamento. Há uma gama de problemas no País que estamos a vivenciar, ecléticos. Eu mesmo, muitas vezes, chego até a pensar: ah! que se danem os bancos. Por que estamos aqui a querer salvá-los disso e daquilo? Que se danem, vamos tentar salvar aquilo que é de interesse da maioria.

Às vezes, ouço no meu Estado as pessoas perguntarem: "Mas, Senador, como vocês vão dar isso? Nós, os pequenos, agüentamos a grande massa do trabalho e mesmo do emprego produtivo do País e onde ficamos?"

Somos questionados, ouvimos isso nas bases e precisamos ser a ressonância dessas palavras.

Sr. Presidente, nobres Colegas, o que ocorreu no Pará foi uma consequência daquilo que existe. Precisamos buscar as causas, porque, senão, daqui a pouco vamos vivenciar o mesmo problema no Sul, não sei mais onde, aqui, acolá, e vamos continuar assim.

Então, parece-me que o fundamental é buscarmos acelerar a reforma agrária, procurarmos interiorizar o desenvolvimento, levamos o que é melhor para as pessoas que moram nas pequenas comunidades, oferecer condições de trabalho, de saúde, de educação, de lazer nas pequenas comunidades, formarmos verdadeiros diques para, com isso, também ajudarmos a solucionar os problemas sociais graves que existem nas grandes metrópoles.

Esse é o meu modesto pensamento.

Faço este registro porque hoje todos estamos de luto pelo ocorrido no sul do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Bernardo Cabral.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho certeza de que o que me passa na mente neste instante é o mesmo que passa na mente de cada um dos Senadores. Em determinados instantes, melhor seria que o Parlamentar não ocupasse a tribuna, sobretudo quando ele confirma que o previsto poderia resultar em infausto acontecimento.

Quero lembrar que, há uns cinco meses, desta mesma tribuna, eu chamava a atenção das autoridades maiores da República para o problema dos sem-terra e registrava que aquele era um pro-

blema mais social do que de polícia. De um lado, os proprietários queriam a garantia daquilo que era o seu patrimônio e, de outro, tentavam ocupar a propriedade alheia - para não usar o termo "invasão" -, sob o argumento de que necessitavam de terra para viver.

Lembro-me de que, àquela altura, vários foram os apartes. Todos em uma linha que conduzia ao raciocínio de que o problema da terra era o único no nosso País que sempre vinha revestido com o sangue humano. Relembremos a Independência e a Proclamação da República: a primeira, um grito dado às margens do Ipiranga; a segunda, o Marechal em cima do seu cavalo. E nada houve que se pudesse retratar como chacina.

A terra sempre foi problemática. E quando eu me referia a isso, dizia que seria interessante que não apontássemos culpados, porque todos nós tínhamos a nossa parcela de culpa.

Dias depois, vim a esta tribuna com uma entrevista concedida pelo rabino Henry Sobel, sobre uma conversa que teve com Arafat, o líder palestino, sobre a paz no Oriente Médio. Relembra ele, o rabino Sobel, que dificilmente a paz se concretizaria sem algum derramamento de sangue, tais as raízes que haviam traçado o caminho no Oriente Médio.

Todos nós, portanto, há algum tempo, tentamos pintar um quadro, sem retoques, com o que era possível de realidade, mostrando aonde poderíamos chegar.

Ontem, quando chegavam as primeiras notícias do massacre no Pará, tive a cautela - como sempre tenho feito ao longo da minha vida pública - de não tocar no assunto, pois precisava de dados maiores. Mas, hoje, a imprensa não só do País, mas também a internacional, abre manchetes com o título: "Vergonha!".

O que tivemos recentemente? As violências cometidas no Carandiru, na Candelária, em Vigário Geral, em Corumbiara, Rondônia. Todas elas formando os preparativos para o massacre de ontem, em Eldorado de Carajás.

Observem os eminentes Senadores que o registro feito pela imprensa, portanto, já devidamente confirmado o episódio, diz o seguinte:

"Até as 24 horas de ontem, o total de pessoas mortas era 25 - muitas atingidas na cabeça por tiros de fuzil. Outras 40 ficaram feridas, seis delas em estado grave. Segundo depoimento de sobreviventes internados no Hospital de Marabá, algumas vítimas do confronto foram sumariamente executadas,

entre elas o líder do movimento, Oziel Alves Pereira, 24 anos, morto com um tiro na testa, depois de ter sido algemado e espancado."

O Sr. Casildo Maldaner - V. Exª me permite um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL - Eu o concederei em seguida, depois de me permitir V. Exª, eminente Senador Casildo Maldaner, que traga à colação o depoimento de uma figura que geralmente se mantém à distância desses acontecimentos, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sepúlveda Pertence.

Disse a imprensa que o Supremo Tribunal Federal chegou ao ponto de criticar - esse é o verbo -, em nota oficial, a vontade política do Governo para fazer a reforma agrária.

Diz S. Exª: "Os brasileiros, além de consternados, estão envergonhados com a brutalidade do fato" - palavras da mais alta autoridade judiciária do País.

E, acompanhando a declaração de S. Exª, vem a de 260 bispos que participam da 34ª Assembléia Geral da CNBB. E o próprio Presidente da República considerou o episódio "inaceitável e injustificável".

Todas essas declarações perdem o conteúdo com as três linhas ditas pelo médico plantonista no Hospital de Curionópolis, no sul do Pará, que atendeu as vítimas da chacina: "Nunca vi nada igual. Foi um massacre abominável, selvagem". Essas três linhas, mais do que qualquer crítica que se possa fazer, mais do que qualquer solidariedade que se possa adiantar, representa o quadro dantesco.

O Sr. Casildo Maldaner - V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Casildo Maldaner - Senador Bernardo Cabral, se eu soubesse antes que V. Exª abordaria esse tema, não teria pedido, na ordem de inscrição, a permuta que me facultou falar antes. Fiz o pedido em função do horário da minha viagem. No entanto, repito, eu teria viajado se soubesse do pronunciamento de V. Exª, completo, amplo, e do qual o meu é apenas um apêndice.

O SR. BERNARDO CABRAL - Não apoiado.

O Sr. Casildo Maldaner - Fico imensamente grato a V. Exª. O próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal disse: "estamos consternados". Concordo: estamos enlutados; o Brasil está enlutado. V. Exª traz as manchetes dos jornais de todo o mundo. Lendo-as, podemos constatar que aquilo que aconteceu no Oriente mistura-se com o episódio do sul

do Pará. Estamos mais ou menos entrelaçados no cenário internacional. É duro, mas como disse o Presidente do Supremo, estamos consternados. Na verdade - repito - estamos enlutados. Vou viajar agora, mas já o teria feito se soubesse que V. Exª abordaria esse assunto. Eu nem sequer teria pedido a permuta, porque V. Exª analisa o tema com muito mais sabedoria e mais autoridade. Num contexto maior, V. Exª representa todos nós e o País sobre o drama que estamos a vivenciar. Lembro-me ainda de que V. Exª há cinco meses analisava as causas de acontecimentos como esse. Temos que buscar essas causas. V. Exª, segundo disse, não analisou ontem os fatos porque buscava mais subsídios, para vir à tribuna mais abastecido, mais capacitado.

O SR. BERNARDO CABRAL - Eminente Senador Casildo Maldaner, V. Exª, ao ter tratado da nossa permuta, fê-lo com propriedade. Comprova, isso sim, o quanto nós, aqui no Senado, estamos identificados em relação ao que queremos levar à Nação: apontar caminhos, indicar soluções. É muito fácil ocupar a tribuna para criticar, sobretudo os que estão ocupando cargos no Executivo. Como V. Exª foi do Executivo, Governador do seu Estado - assim como o Senador Júlio Campos, que preside esta sessão -, sabe como é difícil encontrar solução num instante como esse. Por exemplo, não sei o que se passa hoje com o Governador Almir Gabriel. Mas posso registrar que S. Exª foi meu colega na Assembleia Nacional Constituinte e que em nenhum instante me passa pela mente que possa ser um homem violento. No entanto, em S. Exª, por estar no topo da pirâmide, sobrarão respingos de um acontecimento tão lutuoso; mas, no íntimo, para os que o conhecemos - e aqui me distancio de qualquer conotação político-partidária, porque muito fácil seria a crítica -, sabemos que não se pode dizer que um Governador de Estado daria ordem para que houvesse um massacre dessa natureza. De modo que a identificação dos pontos de vista me permite que lhe deseje uma boa viagem, dizendo a V. Exª que o aparte está incorporado ao meu discurso.

Sr. Presidente, quando eu lembrava o episódio ocorrido no Líbano - abordarei o assunto daqui a pouco -, dizia, referindo-me à entrevista do rabino Henry Sobel, com a união de todas as forças simbolizadas no líder palestino Yasser Arafat e no Primeiro Ministro Yitzhak Rabin, tão brutalmente assassinado, que era preciso que não nos esquecêssemos dos atentados anteriores.

Vou registrá-los agora, Sr. Presidente, porque ontem tivemos uma reunião com o grupo parlamen-

tar Brasil-Israel, em que eminentes Senadores e Deputados participaram do debate - destaco o nobre Senador Jefferson Péres - com o Subsecretário-Geral para Assuntos da América e Caribe do Ministério de Negócios Estrangeiros de Israel, Dr. Herz Inbar. Na oportunidade, o Subsecretário recebeu manifestações não só dos Senadores que ali se encontravam distanciados de qualquer ligação com descendência judaica, mas de um Senador sírio e de um Deputado Federal libanês.

Ao longo de toda aquela reunião, uma palavra pairava: paz. No entanto, Sr. Presidente, eminentes Senadores, observem a cronologia de atentados anteriores:

- no dia 21 de outubro de 1992, morre uma turista britânica e dois são feridos no ataque a um ônibus na província de Asiu;

- no dia 12 de novembro 1992, foram feridos seis alemães e dois egípcios num tiroteio contra o veículo em que viajavam, em Quena, a 700 quilômetros ao Sul do Cairo;

- no dia 26 de fevereiro de 1993, morrem quatro pessoas, entre elas um cidadão sueco e um turco, e dezenove ficam feridas com a explosão de uma bomba num café na praça central de At Tahrir, no Cairo;

- no dia 8 de junho de 1993, um morto e catorze feridos, entre eles cinco britânicos, que nada tinham a ver, num atentado contra um ônibus de turismo na Avenida das Pirâmides, no Cairo;

- no dia 26 de outubro de 1993, três estrangeiros - um francês, dois norte-americanos - e mais cinco são feridos depois de disparos de um suposto integrista, dentro de um Hotel Semiramis, no Cairo;

- no dia 23 de fevereiro de 1994, feridos mais seis turistas australianos e neozelandeses;

- no dia 4 de março de 1994, uma turista alemã fica gravemente ferida no Sul do Egito;

- no dia 26 de agosto de 1994, o menino espanhol Pablo Usan San Ambrosio, de nove anos, morre em um ataque integrista;

- no dia 27 de setembro de 1994, um homem abre fogo na entrada de um albergue no enclave turístico de Hurghada, no Mar Vermelho, e mata um alemão e dois egípcios;

- no dia 23 de outubro de 1994, um britânico morre e três ficam feridos num ataque contra um ônibus de turistas, próximo de Luxor, ao sul do Cairo;

- no dia 12 de janeiro de 1995, feridos dois turistas argentinos quando vários homens armados abriam fogo contra um trem próximo de Luxor.

Ontem, dia 18 de abril de 1996, a manchete do jornal mostra: "Terroristas egípcios matam dezoito turistas gregos" e relata que quatro desconhecidos, três homens e uma mulher, abriram fogo contra os turistas na entrada e dentro do Hotel Europa, que fica a cerca de 5 km das pirâmides de Gisé.

Segundo informa o jornal, invadiram o hotel e dispararam à queima-roupa nos turistas que esperavam na entrada, e principalmente nos que estavam no vestíbulo.

O que caracteriza as duas coisas? Qual é o elo de ligação entre a morte de turistas, de pessoas que nada têm a ver com atentados terroristas, que procuram aqueles países depois de sabe-se lá quantos sacrifícios nas suas economias, com aqueles outros inocentes que são dizimados?

O que parece, Sr. Presidente, é que há uma coisa em comum: a impunidade.

Ainda há pouco, o Senador Ernandes Amorim reclamava contra o fato de, no seu Estado, depois do terrível massacre de Corumbiara, até hoje não se ter notícia de uma solução.

Fácil seria nos reunirmos aqui e declararmos que os culpados seriam os titulares dos Governos, a nível federal, ou estadual, ou municipal.

Na minha ótica, todos nós temos uma parcela de culpa, sobretudo as Casas Legislativas. Temos que partir de uma premissa que seja verdadeira para que a conclusão não seja falsa. Qual é a premissa? A premissa no problema da terra é a reforma agrária.

Os projetos de lei ou as medidas legislativas que poderiam diminuir o prazo para que acontecimentos dessa natureza não se repetissem dormem nas gavetas - não se sabe pela pressão de quem, ou a favor de tal ou qual circunstância. O fato é que já se diz nos jornais que as polícias militares são financiadas por fazendeiros. Onde está a prova disso?

Onde reside, Sr. Presidente, a nossa parcela de culpa, que não queremos admitir?

É que na hora de se dar seqüência à retórica, que geralmente sempre é interessante - talvez esta mesma que aqui faço para se dar a ação -, ela fica paralisada no meio do caminho. E não há como se cobrar de um só órgão, ou do proprietário, ou do fazendeiro, ou do Presidente da República, ou do governador de Estado se não admitirmos que a parcela de culpa está no desempenho também dos Poderes.

E aí também se culpa o Judiciário, que demora, que tarda, como se não soubéssemos - porque isso já vem da época de Rui Barbosa, que dizia que

a Justiça brasileira é "tardinha": tardava e custava muito dinheiro -, como se desconhecêssemos que é difícil fazer com que a Justiça seja ágil, rápida, econômica e eficiente. Porque nem rápido, nem ágil, nem econômico, nem eficiente é nenhum dos três Poderes. Todos eles padecem de vícios de origem que vêm sempre deixando para depois a solução.

Observem que quando se falou aqui que a reforma agrária era um ponto fundamental, lembrava-me, orador da minha turma na Faculdade de Direito, em 1954, que lá no bojo do meu discurso havia uma frase que dizia: "é importante que agora se faça a reforma agrária". Quarenta e dois anos depois de formado, volto à tribuna, já envelhecido e encanecido, e vejo que não teve consequência a reforma agrária.

Quero, por isso, Sr. Presidente, lamentar não apenas o terrível massacre ocorrido ontem, mas também o massacre no Líbano, não se sabendo de que forma essa guerra pode desembocar na paz. Mas a grande realidade é que se todos nós não contribuirmos e ficarmos apenas nesta omissão - que pode ser vantajosa para uns, mas que será desastrosa para todos -, se não tomarmos uma medida séria, competente e oportuna quanto à impunidade, não poderemos culpar esse ou aquele.

No fundo, Sr. Presidente - e aqui concluo -, todos temos a nossa parcela de culpa.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco abordava o que presenciei ontem na Comissão de Economia desta Casa. Vejo que um dos maiores problemas é a certeza da impunidade. Não se usa a autoridade que se tem para resolver os problemas deste País, desta Casa e do próprio Governo. Como disse aqui o orador que me antecedeu, quem devia tomar providências não as toma.

Sr. Presidente, diante das denúncias feitas na imprensa, afirma um delegado da Polícia Federal que houve remessas ilegais de recursos para o exterior através do Banco Excel. Portanto, estamos contribuindo para o pagamento de uma conta da qual não participamos. Ou seja, toda a população brasileira vai arcar com o pagamento da conta do Banco Econômico.

Solicitamos uma CPI, mas o interesse de uma maioria privilegiada - porque só tendo muitos privilégios nesta Casa ou interesses particulares - fez com

que ela não chegasse a ser instalada. Mesmo assim, recorreremos ao Supremo Tribunal Federal - aliás o processo está nas mãos do Ministro Maurício Corrêa - para que esse órgão decida pela sua manutenção ou não, a fim de se apurar as responsabilidades.

Ontem, tive a oportunidade de ver, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Antonio Carlos Magalhães adentrar aquele recinto bravejando, faltando tirar o Senador Gilberto Miranda da Presidência, porque S. Ex^a havia aprovado um requerimento convocando um delegado da Polícia Federal, a fim de apresentar provas de denúncias feitas por ele. Mas todos nós, indiretamente - eu que não conheço muito -, temos conhecimento de que alguém "levou" os recursos dos Bancos Econômico e Nacional, e estamos pagando essa dívida injustamente, sem punir os verdadeiros responsáveis.

O Senador Antonio Carlos Magalhães queria porque queria que esse delegado não viesse depor no Senado. Mesmo assim, aprovado o requerimento, S. Ex^a fez de tudo para que o Senador Gilberto Miranda não cumprisse com o que foi aprovado em plenário. Espero que o Senador Gilberto Miranda não volte atrás, e convoque esse delegado da Polícia Federal e o Sr. Vicente Chelotti, que é uma das pessoas que respeito e que está fazendo um bom trabalho à frente da Polícia Federal, para prestar os esclarecimentos devidos.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ERNANDES AMORIM - Pois não, nobre Senador. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Ernandes Amorim, não sei o que se passou no seio da Comissão, mas vejo V. Ex^a tocar no nome do meu e nosso Colega Antonio Carlos Magalhães em uma hora em que S. Ex^a se encontra ausente para fazer a sua defesa. Ao que estou informado, o Senador Antonio Carlos Magalhães se recusava a aceitar a vinda do Delegado Vicente Chelotti para não transformar a Comissão numa sucursal policial. Mas como S. Ex^a se encontra ausente, e sendo eu Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, onde S. Ex^a é o Presidente, e de lá saiu para poder participar dessa Comissão, seria uma deslealdade da minha parte se não fizesse este registro, pedindo a V. Ex^a que aguarde a presença de S. Ex^a para fazer-lhe uma crítica de corpo presente.

O SR. ERNANDES AMORIM - Na realidade, existe essa praxe de não se falar na ausência do Senador citado. Peço desculpas. Mas esse fato me chamou a atenção, Sr. Presidente, porque me dói

ver certas atitudes nesta Casa. Não se trata de fazer desta Casa uma delegacia, mas o Senado tem a obrigação de fiscalizar. Da mesma forma, foram convidadas todas as outras autoridades. Em havendo uma denúncia tão grave, evidentemente ela terá que ser apurada. Não se pode deixar de apurar por vontade do Senador A ou B.

Peço desculpas pela ausência de S. Ex^a, e incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu discurso, Senador Bernardo Cabral, até porque V. Ex^a tem razão. Mas, no caso específico, há a necessidade de se registrar o fato desta tribuna para que a Casa tome conhecimento do que está acontecendo na Comissão de Assuntos Econômicos. Por fazer parte da Mesa, não participo desta nem de outras Comissões, mas acompanho os trabalhos da Casa.

O Sr. Bernardo Cabral - Perdoe-me, nobre Senador, por interrompê-lo mais uma vez, coisa que eu não faria. O que quero dizer é que se V. Ex^a não tivesse tocado no nome do Senador eu não o interromperia. Não entro no mérito de quem para cá pode vir. Acho que cada Senador tem o direito de requerer o depoimento de quem bem entende. Fiz a intervenção apenas - e vejo que V. Ex^a entendeu agora, porque registrou a ausência -, porque o Senador foi citado nominalmente. Se não tivesse sido citado nominalmente, eu não interromperia V. Ex^a. Até porque, se fosse também com V. Ex^a que outro Senador fizesse isso, eu estaria na obrigação de pedir que adotasse a mesma atitude.

O SR. ERNANDES AMORIM - Na realidade, neste Senado acontecem brigas, discussões, e a imprensa divulga problemas, como o caso de uso de carros, de salários, de algumas outras atividades. Vemos assuntos muito mais importantes, como é o caso do ocorrido nesta Comissão e a não aprovação da medida provisória do Proer. Diante desses repasses de bilhões e bilhões de reais, o Senado ainda não aprovou ou rejeitou essa medida provisória, ficando esta emenda à mercê da vontade do Senhor Presidente, que está repassando recursos para tapar buracos em bancos falidos. A própria Polícia Federal está apurando esse caso.

Tive oportunidade de ir à Bahia, há poucos dias, a minha Terra natal, e encontrei microempresários queixando-se de que estavam sendo fiscalizados, com suas contabilidades viradas. Entretanto, dos rombos maiores, ninguém tem notícia. Quando um policial federal vem a público e denuncia, evidentemente que esta Casa, - doa em quem doer - tem obrigação de ir a fundo verificar essas irregularidades e apurar esses fatos.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ocasião da última manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, ao ser abordado sobre o assunto, definiu a posição política do Governo em relação à Reforma Agrária. Afirmou o Senhor Presidente que o Brasil é um País urbano, no qual 75% da população vive na cidade, e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra era, pasmem Sr^{as} e Srs. Senadores, um problema localizado.

Com certeza essa também é a posição pessoal dos Ministros da área econômica, para os quais apenas os números contam. Talvez, a coonestar com essa postura política, esteja o próprio Ministério da Agricultura, tradicionalmente conservador.

O Orçamento Geral da União traduz, literalmente, essa posição política do Governo, pois apenas 0,6% são destinados ao INCRA para executar as suas funções - mais uma aberração -, o que equivale a R\$1,8 bilhão. Para a dívida interna foram reservados, desse orçamento, R\$120 bilhões, e para tapar buracos ou dinheiro desviado de bancos foram usados, aproximadamente, R\$25 bilhões.

Ou seja, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante de um problema tão sério como esse da reforma agrária, reserva apenas essa pequena quantia de R\$1,8 bilhão, enquanto 42% do Orçamento estão engessados para a dívida interna, e R\$25 bilhões são derramados no sistema financeiro.

Assistimos, na última semana, a um brilhante discurso do eminente Senador Iris Rezende, acentuando a importância e a necessidade da reforma agrária para o País, apresentando várias sugestões relativas à sua implementação.

Palavras ao vento, como foram outras e, provavelmente, serão estas, diante de um Governo insensível frente a um problema que deveria ser considerado como de segurança nacional.

Ora, se o Presidente não se sensibilizou para uma marcha de milhares de excluídos rumo a 18 capitais, dizendo ser a reforma agrária um problema localizado, num evidente desprezo à fome e à miséria de milhões de brasileiros, como dará atenção aos nossos reclamos?

Desde o Estatuto da Terra, em 1964, patrocinado pelo então Presidente Marechal Castello Branco, nenhum Governo manifestou tal desprezo pela questão agrária do Brasil. É a lógica do Governo patrocinando, pela incúria e pela irresponsabilidade, um quadro de miseráveis que cresce dia após dia.

Aliás, comprovadamente, este não é um Governo para os pequenos. É um Governo comprometido com a elite, com os bancos falidos, com a agiotagem dos juros altos e com privilégios do topo da pirâmide social.

A reforma agrária teria que ser a matriz básica para a solução dos problemas primários do Brasil, pelo seu indiscutível efeito multiplicador, de forma horizontal e vertical.

Num momento em que o desemprego assume proporções assustadoras no País, com indicadores que falam até de uma demanda por 14 milhões de postos de trabalho, a reforma agrária deveria ser prioritariamente considerada como importante instrumento de política de Governo para viabilizar oportunidades de trabalho e renda àqueles menos qualificados, que estão sendo excluídos do mercado formal de trabalho.

No entanto, o que se assiste, contrariando toda lógica, bom-senso e compromisso com o interesse maior da sociedade, é a imprudência de um Governo, agravando, com a sua posição, a grave questão da situação agrária no Brasil.

Pior do que isso, assiste-se à falta de previsão do Governo, que não conta com nenhuma política pública, o que aumenta os problemas sociais do País. Age-se como se todo o programa do Governo fosse resumido ao preço do frango, cujo horizonte já não é dos melhores. E à questão agrária soma-se o problema da agricultura de um modo geral.

No ano agrícola 95/96, fecharam-se 350 mil postos de trabalho no meio rural. Significa um contingente superior a 1,5 milhão de brasileiros que estão engrossando os movimentos pela terra ou pelo emprego.

No mesmo período, 40.000 proprietários rurais encerraram as suas atividades, isto é, saíram da agricultura. A área plantada, no mesmo ano agrícola, foi reduzida em 12 milhões de hectares.

A produção agrícola nacional será 15% menor, pelo menos. Apenas no Rio Grande do Sul, a produção de feijão será reduzida à metade e a de milho em um terço.

No ano agrícola anterior, 94/95, a atividade rural perdeu R\$10 bilhões de renda.

A solução para o endividamento agrícola não saiu do papel.

Os financiamentos rurais estão estabelecidos com juros insuportáveis e impagáveis. Para o presente trimestre a TJLP está prevista em 18% ao ano. Os bens dos produtores hoje valem a metade do que valiam em 1994.

São esses os problemas que o Presidente Fernando Henrique Cardoso diz serem isolados e que, lamentavelmente, não estão incomodando o seu Governo.

O Presidente da República age como se a parte pudesse ser isolada do todo, ignorando que ambos são indissolúveis e que afetam os interesses de toda a sociedade brasileira.

Não há como, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal ficar indiferente a uma declaração desastrosa, infeliz, inoportuna e impatriótica, como a proferida pelo Senhor Presidente da República, referente aos movimentos pela reforma agrária.

No mínimo, as questões agrária e agrícola no Brasil mereceriam maior respeito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, em aparte ao Senador Casildo Maldaner, falei sobre o problema do Pará e me referi à questão de Rondônia. Vejam quantos discursos fizemos nesta Casa, quantos apelos, quantos sentimentos houve aqui, as lágrimas derramadas no Estado de Rondônia, com mais de 12 mortes provocadas por uma ação da Polícia Militar.

O Sr. José Alves - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ERNANDES AMORIM - Tem V. Ex^a o aparte, nobre Senador.

O Sr. José Alves - Senador Emandes Amorim, V. Ex^a levanta questões que angustiam o País e esta Casa, em especial, os companheiros do Estado do Pará. O Brasil é um País jovem, com tudo a realizar em diversos setores, com passos importantes a dar, mas sentimos a ausência de um planejamento estratégico para enfrentar questões graves, como as questões do campo, da saúde, da educação. E a falta desse planejamento estratégico e de uma definição política clara, de uma vontade política dura, tem nos levado, com frequência, a episódios dessa natureza e gravidade. Ontem foi Caruaru, hoje é o Pará; sente-se a ausência do Estado nas grandes cidades e no campo. E o mais grave ainda é que há um desejo, a partir dos ventos de 90 para cá, de desmontar esse Estado, de acabar com o serviço público, o que entendemos ser um erro grave que se pratica contra a Nação brasileira. O serviço público precisa ser incentivado, precisa existir como um mecanismo de defesa da sociedade, como um mecanismo de defesa do Estado, para que o País possa enfrentar essa era importante, que é a era da globalização. Mas V. Ex^a trata de problemas graves, como a questão do Pará, que refletem bem a situação em que o País hoje vive. Temos um Brasil rico e um Brasil pobre, um Brasil em que a classe média está em um

processo de sufoco, em um processo de sofrimento muito grande, e um Brasil extremamente pobre, excluído. Esta Casa precisa somar-se, com mais força, ao Governo Federal, no sentido de apoiar as suas decisões corretas e criticar, não apoiando, as suas atitudes incorretas ou omissas. Parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. ERNANDES AMORIM - Incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu discurso.

Continuando, questões como essas que aconteceram no Pará ocorrem em razão da certeza da impunidade. Se tivessem punido aqueles PMs que, em Carandiru, São Paulo, mataram 110 pessoas indefesas, que estavam presas, se tivessem punido aqueles 190 policiais que mataram 12 ou mais pessoas desarmadas, indefesas, em Corumbiara, Rondônia, não teria acontecido o que ocorreu agora, no Pará. Se não forem tomadas providências, outros crimes ocorrerão. Esta Casa não precisa mais dar apoio ao Presidente da República, pois já o fez até demais. Esta Casa precisa cobrar, assumir, na sua plenitude, os seus direitos e buscar, nesse exercício, fazer com que as leis sejam cumpridas; esta Casa precisa cumprir suas obrigações.

O que vemos é que existe aqui um grupo de Senadores que se apresentam como Senadores de Primeiro Mundo ou de primeira categoria e os outros, que aqui estão, têm o papel de bater palmas para aqueles. Os que exercem aqui a liderança decidem as questões contra o interesse do povo, da comunidade.

Estamos diante de uma matéria a ser decidida, a do Banespa, que atende aos interesses de São Paulo e que requer uma quantia em torno de R\$9 bilhões ou R\$17 bilhões, enquanto o Banco do Estado de Rondônia, meu Estado, a exemplo de tantos outros bancos de Estados menores, não goza do mesmo privilégio. Encontra-se sob intervenção há quase dois anos, necessitando de apenas R\$100 milhões para sanar suas dificuldades, e a esse respeito não se levanta uma voz no sentido de requerer medidas que resolvam o problema. Mas nesta Casa a discussão é grande para resolver o problema de São Paulo e nós, que representamos Estados pobres, somos massa de manobra, consumidores, provincianos em relação a São Paulo. Estamos aqui apoiando os Estados ricos, como São Paulo e Bahia, e questões como a do Banco Nacional, em detrimento do apoio que devemos dar a nossos Estados.

Todos nós sabemos que existe corrupção, que houve desvio de recursos e que a malandragem é grande. E nós, dos pequenos Estados, não levanta-

mos a voz contra grandes Senadores. Às vezes, esta Casa erra em querer punir quem faça referência, por um lapso, a um outro Senador ausente. Citei o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem peço desculpas, pois não poderia tê-lo feito, de acordo com o regulamento da Casa, embora disso discorde. Creio que a não permissão de citar o nome do Senador, quando ausente, está premiando os ausentes, possibilitando, assim, que esta Casa continue do jeito que está. Temos grandes questões nacionais a serem debatidas e a Casa vazia, com 4, 5, 6, 10 Senadores, impedidos até de reclamarem os direitos do povo e a posição de determinados Senadores em defender interesses sei lá de quem.

Por que a Polícia Federal não vem ao Senado? Por que não vem prestar esclarecimentos sobre o caso do Banco Econômico/Excel? Pensa que vai virar delegacia? A Polícia Federal tem a obrigação de verificar tudo, de acompanhar tudo, de defender os interesses do povo. Assim como fui fiscalizado pela Polícia Federal em todos os níveis, por que esta Casa não pode aceitar a fiscalização desta mesma Polícia Federal, por esses escândalos que estão ocorrendo nos bancos?

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo o registro, neste momento, da minha insatisfação pela maneira como estão sendo conduzidos os trabalhos nesta Casa e a minha decepção, pois a todos os lugares em que vou recebo cobrança dos eleitores, que exigem uma posição diferente dos Senadores. Por não termos condições de mudar o pensamento de vários colegas, isso está sendo conduzido dessa forma: o País desgovernado, os representantes do País cuidando de interesses de uma minoria e deixando toda a população à míngua, menosprezada, abandonada, por falta de pulso de vários Senadores desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Convido o Sr. Ernandes Amorim a assumir a Presidência.

O Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 21 de abril, Brasília completará 36 anos de sua fundação. Nesta oportunidade, nesta semana do aniversário de nossa Capital, quero relembrar a figura inesquecível de seu fundador, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; o seu primeiro Prefeito, Engenheiro Israel Pinheiro, que foi Presidente da Novacap; todos os seus dirigentes do passado e os atuais, para trazer a minha congratulação por esta data.

Nesta semana em que Brasília comemora 36 anos de sua fundação, estou aqui, um Senador por Mato Grosso, mas brasiliense de coração, para abordar um assunto ligado à Capital Federal do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek decidiu mudar a Capital, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento em toda a região Centro-Oeste. A idéia de mudar a localização geográfica da Capital brasileira vem desde o Império, sempre baseada na interiorização do progresso. O conceito está inscrito em diversas Constituições brasileiras.

No dia 21 de abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek, com sua determinação, coragem e extraordinária capacidade de fazer política, conseguiu a proeza maior: inaugurou a nova Capital, numa festa que está gravada na memória de todos que dela participaram.

Brasília daquela época era uma cidade pequena, empoeirada, com temperatura mais baixa e muito calor humano. Os trabalhadores, os funcionários recém-transferidos e os profissionais liberais confraternizaram na Praça dos Três Poderes junto com um Presidente muito popu^{lar}.

Ainda jovem, tive a honra de vir com meu pai, Júlio Domingos de Campos, na época Prefeito Municipal da cidade de Várzea Grande, correligionário político do Presidente JK. Meu pai pertencia ao antigo Partido Social Democrático - PSD, que dava sustentação política ao então Presidente. A convite do nosso Líder maior, o inesquecível Senador Filinto Müller, que pontilhou com honra a Presidência desta Casa por várias vezes, viemos em uma comitiva de homens e mulheres de Mato Grosso, em cima de um caminhão ou de ônibus, para trazer ao Presidente JK o abraço mato-grossense e os agradecimentos pela inauguração de Brasília, que iria influenciar muito no desenvolvimento de Cuiabá, Mato Grosso e do Centro-Oeste.

Tive a felicidade de assistir àquela primeira missa, celebrada pelo Cardeal de Portugal Dom Cezeira, que veio representando Sua Santidade, o Papa daquela época.

Dentro de alguns dias, Brasília vai completar 36 anos de vida. É muito pouco tempo para uma cidade construir seus segredos, desenvolver suas manias e decidir sobre seu destino. Mas Brasília nasceu grande, do gesto primário de quem faz o sinal da Cruz. Nessas quatro décadas, assistiu a crises importantes e definidoras do Estado brasileiro. Viu todo o Movimento de 1964, que foi antecedido pelo fugaz parlamentarismo e pelo breve Governo do Presidente Goulart. Antes, havia assistido o brevíssimo período do Governo Jânio Quadros.

Em seguida, veio o endurecimento do regime militar, a crise de 1968 e os movimentos em favor da abertura, iniciados na administração do Presidente Ernesto Geisel. O Ato Institucional nº 5 foi revogado no dia 31 de dezembro de 1978. Chegamos ao Governo do Presidente João Figueiredo, já com os primeiros lampejos de uma plena democracia em nosso País. Em seguida, a posse de José Sarney na Presidência da República, precedida pela inesperada doença do saudoso e inesquecível Presidente Tancredo Neves, que viria a falecer, por coincidência do destino, em 21 de abril de 1985, data em que a cidade completava 25 anos. O Brasil passou, ainda, pelo **impeachment** do Presidente Collor, pelo período do Governo do Presidente Itamar Franco, até desembocar na paz relativa do atual Governo honrado do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Brasília, a Capital, sobreviveu a todas as crises. Sua arquitetura, moderna, arrojada e inovadora, foi capaz de absorver os impactos, em suas largas avenidas, tanto dos movimentos militares quanto das massas populares que marcharam contra o Regime. A Capital, embora tão jovem, mais jovem que eu, este Senador, mais jovem que vários Senadores que compõem esta Casa, já tem uma longa história a contar, no capítulo da política. Este plenário, nos últimos 36 anos, foi o cenário de muitas dessas crises.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o futuro chega e nós não perceberemos.

Estamos aqui reunidos, nas belas instalações do Congresso Nacional, no Senado Federal, onde há apenas 40 anos não havia nada. O Planalto Central era praticamente desabitado, sem comunicações nem vestígios de progresso.

Quatro décadas depois, tudo se modificou. Brasília se ligou ao Norte e ao Sul por estradas asfaltadas. O nosso aeroporto é o mais central do Brasil e já possui vôos internacionais. Está conectada a todo o Centro-Oeste e ao litoral.

O brasileiro descobriu o interior do seu País. Graças a Deus, o interior foi descoberto através de Brasília.

Pólos antes isolados, como Goiânia e Cuiabá, além de outras cidades do meu querido Mato Grosso, conheceram um desenvolvimento formidável. A agricultura floresceu, a indústria chegou na região Centro-Oeste, as comunicações criaram oportunidades antes inimagináveis.

Se o Presidente Juscelino Kubitschek estivesse vivo hoje, iria ver o seu sonho realizado. Onde havia um deserto de homens, hoje há a efervescência de uma atividade econômica incessante. Isso ocorreu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em apenas 40 anos. No espaço de uma só geração.

Não há país, no mundo ocidental, que possa mostrar um trabalho dessa magnitude. Houve, contudo, um preço elevado a ser pago pelo desenvolvimento. Brasília, esta cidade de apenas 36 anos, considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, apresenta preocupantes sinais de degradação urbana. Os últimos governos do Distrito Federal foram especialmente coniventes com as invasões e com a migração predatória. A cidade está se favelizando rapidamente, além de, ao seu redor, estar se estabelecendo uma réplica da Baixada Fluminense, com todos os transtornos verificados naquela região. Fico triste quando vejo áreas nobres, próximas ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal Superior de Justiça, sendo invadidas sem nenhuma ação por parte das autoridades responsáveis.

Os brasileiros não merecem passar por essa situação. Brasília é dos brasileiros e não de seus governantes. Não queremos fazer qualquer acusação a este pequeno período da administração do atual Governador Cristovam Buarque. Não, pelo contrário, este processo já vem de alguns anos atrás.

A Cidade foi criada para servir como Capital do Brasil, é a vitrine do nosso País. É a imagem do Poder nacional. A Cidade não pode ser abandonada aos interesses demagógicos, nem à sanha de uns poucos.

O Brasil não tem recursos para construir outra capital e refazer todo o processo de mudança. É necessário que Brasília seja preservada e conservada dentro dos parâmetros que nortearam a sua construção.

O Sr. Lauro Campos - Senador Júlio Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Ouço com atenção o aparte do eminente Senador Lauro Campos, digno representante da Capital neste Senado.

O Sr. Lauro Campos - Exm^o Sr. Senador Júlio Campos, ouço com atenção o emocionado discurso

de V. Ex^a a respeito de uma cidade, Brasília, que foi por mim também escolhida como local para viver e criar meus filhos e netos há mais de 36 anos. Também estive presente à sua inauguração. Quando aqui cheguei, o escritório de advocacia a que eu pertencia tinha mais de 300 causas nos Tribunais Superiores. E eu, então bastante jovem advogado, participei de uma atividade que foi elogiada por Ministros da altura de Nelson Hungria, de Antônio Villas Boas e de outros grandes Ministros daquelas Cortes Superiores. No entanto, não foi isso que me fez continuar na trilha que eu havia, de início, tomado ao chegar a Brasília. O que realmente me prendeu a Brasília foi ver o trabalho humano, o trabalho coletivo que transformava a cada momento esta cidade empoeirada, cheia de chaminés de poeira que subiam pelo céu azul, transformava esta cidade através do trabalho, do trabalho alegre, do trabalho bem remunerado, do pleno emprego. Realmente me prendeu ver esse febricitante trabalho da coletividade. No dia da inauguração, eu estava fora, de fora, por fora, excluído, marginalizado, modesto, como sempre fui. Nunca me aproximei dos áulicos. Portanto, sempre vi, a distância, essa atividade individualista, que, naquele tempo eu já previa, poderia transformar o sonho de Brasília numa realidade muito dura. Um dos enganos que logo se pôde detectar em Brasília foi o sonho de Niemeyer de fazer uma cidade igualitária, em que senadores, ministros, motoristas e subalternos convivessem nos apartamentos que se erguiam. Obviamente, Brasília tinha de ser um microcosmo do Brasil grande, e aqui, ao crescer Brasília, vemos crescer também a sua periferia, com a chegada de trabalhadores de todos os recantos do Brasil, expulsos de onde moravam, expulsos da terra, expulsos pelo egoísmo e pela concentração do capital, que vêm a Brasília procurar uma oportunidade de emprego. Por isso, Brasília é uma grande rodovia. A Cidade-rodoviária é a cidade de Le Corbusier, que disse que é preciso acabar com as cidades, porque as cidades são perigosas. Nas cidades, há sindicatos, trabalhadores, um início de subversão que deve ser sufocado; uma cidade sem esquinas, uma cidade morta, uma cidade sem universidade - universidade, só lá no mato. Portanto, esta antipólis seria apenas uma urbe muda de concreto, sem vida humana. E foram esses que vieram para cá, essa multidão que fundou sindicatos, que se implantou nas periferias, que trouxe a vida e a pólis para esta cidade, que, de política, só tinha essa incrustação artificial. Cada vez mais, gostei de Brasília e me identifiquei com ela e jamais pensei - naquele tempo, nem havia eleição em Brasília - em ser, um dia, o representante desta Cidade que se afirmava e que se completava, contra a vontade dos militares, contra a vontade dos governantes, que queriam a segurança, a estabilidade e estavam tor-

nando o nosso País inseguro, violento, repetindo, obviamente, em dose menor, em Brasília, todas as agruras e contradições do Brasil. Nobre Senador, congratulo-me com V. Ex^a por ter, em boa hora, levantado a sua voz para comemorar o aniversário de Brasília, que transcorre no próximo dia 21. Quis apenas dar o meu testemunho, de um candango, de um "piotário" - porque os pioneiros são aqueles que se enriqueceram - que veio para cá trazer a sua modesta contribuição para a construção desta Cidade.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Agradeço, com muita honra, o aparte de V. Ex^a. Discordo desse final, em que V. Ex^a se diz um "piotário". V. Ex^a é um dos homens que engrandecem a cultura desta Cidade. V. Ex^a pode não ter conseguido fazer fortuna financeira, mas fez fortuna da sua capacidade intelectual, da sua inteligência e dos ensinamentos na nossa Universidade, na nossa Capital. Portanto, V. Ex^a é um homem digno de bem representar o povo brasileiro nesta Casa do Congresso Nacional. Quiséramos nós, do Mato Grosso, ter o privilégio de um Senador intelectual como V. Ex^a na nossa Bancada.

O Sr. Lauro Campos - Agradeço as gentis palavras de V. Ex^a, nobre Senador.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, nesta oportunidade, denunciar a favelização da Capital da República e pedir às autoridades do Governo do Distrito Federal que tomem as necessárias providências para acabar com esse processo de degradação urbana da nossa Capital, antes que seja muito tarde. Não podemos assistir calados à lenta, porém persistente, transformação de Brasília numa cidade de segunda classe. A minha preocupação é a de um cidadão que ama Brasília também. Como disse no início do meu pronunciamento, aqui tive a honra de vir ainda garoto, na época com pouco mais de 14 anos, muito jovem. Vim com meu pai, de carro, numa viagem que demorou três dias, saindo de Cuiabá, pelas estradas da época, que ainda não eram rodovias. Em Brasília, tenho o meu patrimônio, crio os meus filhos aqui. Toda a minha família vive em Brasília, as minhas filhas estudam na Universidade de Brasília. Então, tenho uma ligação profunda com esta Cidade e gostaria de vê-la trilhando os caminhos sonhados por Juscelino Kubitschek e por Israel Pinheiro.

É necessário que as autoridades do Governo do Distrito Federal tomem as providências necessárias para valorizar a Cidade, que é um patrimônio de toda a humanidade. É a Capital do Brasil. É um bem dos brasileiros. Brasília é o símbolo da resistência, é a vitrine do progresso, do desenvolvimento e da determinação nacional. É o retrato da capacidade do

brasileiro de projetar e de construir. Neste momento, lembro as figuras inesquecíveis de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, e também de Bernardo Sayão, que ficou na história da ocupação do Centro-Oeste e da construção de Brasília. Brasília significa tudo isso. A cidade que soube sobreviver aos furacões da política não pode fenececer por causa do descaso, da negligência e do interesse político menor.

Portanto, neste instante em que o Professor Cristovam Buarque tem a responsabilidade de governar o Distrito Federal, apelo em meu nome e em nome de todo o Senado Federal, tenho certeza, no sentido de que o seu Governo não deixe aumentar mais a favelização de Brasília, tal como vem acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE(Erandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de trazer a posição do Governo do Pará, que repudia qualquer ato de violência, neste momento em que todo o Brasil está indignado com o que aconteceu naquela Unidade da Federação.

A violência não pode ser admissível. Os culpados devem e têm de ser punidos. A impunidade não pode continuar no Brasil. Foi exatamente isso que fez o Governador Almir Gabriel, que tomou as medidas necessárias, tão logo tomou conhecimento, de acordo com seu estilo democrático, transparente, sempre muito preocupado com os movimentos sociais.

Passo a ler nota publicada na Imprensa Nacional:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ REPUDIA QUALQUER ATO DE VIOLÊNCIA.

O Governo do Estado do Pará lamenta profundamente o conflito ocorrido em Eldorado dos Carajás, no entroncamento entre as Rodovias PA-275 e PA-150, quando, designada para desobstruir a estrada, parte da Polícia Militar de Marabá entrou em choque com os integrantes do Movimento dos Sem-Terra, do qual resultaram 19 civis mortos e 6 policiais feridos.

a) Imediato afastamento do Coronel, Mário Colares Pantoja do Comando da Polícia Militar de Marabá;

b) Imediata abertura de inquérito policial militar e civil, ambos acompanhados pelo Ministério Público, pelo Ministério da Justiça e pelas Sociedades de Direito Civil, para que haja acompanhamento, por parte da sociedade, de todas as ações;

c) Punição rigorosa e exemplar dos responsáveis apontados pelos referidos inquéritos;

d) pagamento de pensão às famílias dos mortos, bem como o pagamento das despesas com o sepultamento;

e) Completa assistência médica aos feridos e todos os esforços para resguardar-lhes a vida.

A violência, a truculência não representam a linha de conduta deste Governo, preocupado, desde o seu primeiro dia, em fazer da justiça, da convivência, da tolerância, da união os símbolos de um novo tempo de desenvolvimento.

É inaceitável que, a pretexto de fazer cumprir uma ordem superior, policiais que portam armas como instrumentos de defesa, extrapolem a própria ordem, atropелеm a legalidade e cometam um atentado contra a vida humana e os princípios democráticos.

Sobretudo, é lastimável que profissionais experientes e preparados para comandar um batalhão e resguardar a segurança da população ordenem um ataque armado de tal monta contra cidadãos.

O Governo sempre acreditou na força do diálogo, no poder do bom-senso, para a solução de conflitos sociais. Desde o princípio, o Governo tem apoiado e ajudado os sem-terra, chegando a distribuir mais de 30 toneladas de alimentos, remédios e material para a construção de alojamentos, além de garantir-lhes assistência médica.

Em sua última viagem a Brasília, o Governador Almir Gabriel obteve a ampliação do número de assentamentos previstos para o Pará, de 5.500 para 8.000 este ano.

Somente no atual Governo, já foram assentados 1.800 famílias.

Antes deste conflito, o Governo estava negociando junto ao Incra e proprietários rurais novos assentamentos, com os quais

pretendia atender às necessidades mais prementes dos trabalhadores sem terra.

Os líderes do movimento estavam sendo informados, passo a passo, do andamento dessas negociações, que, infelizmente, ainda sofrem de entraves burocráticos. O Governo, contudo, estava pressionando para uma rápida solução. É lamentável que algumas dessas lideranças tenham agido de forma irresponsável e intolerante.

O Governo do Pará vai continuar adotando todas medidas, em todos os níveis - municipal, estadual e federal - para o mais rápido assentamento de todos os sem-terra existentes no Estado.

O Governo quer a paz no campo. E não aceitará o uso da violência para alcançá-la.

Esta é a posição do Governador Almir Gabriel que todos nós conhecemos, democrata, austero, forte em defesa da lei.

O Presidente Fernando Henrique, indignado, como nós, tomou as providências que lhe cabiam: mandou para lá o seu Ministro da Justiça, o Chefe da Casa Militar, o Presidente do Incra para acompanharem de perto o fato ocorrido.

A nós, parlamentares e sociedade, cabe o desafio de, cada vez mais, trabalharmos para implantar a verdadeira reforma agrária, para resolver os problemas sociais e gerar desenvolvimento. O Congresso tem que cumprir a sua parte. Não podemos, de forma alguma, aproveitar um fato como esse para dele tirar qualquer proveito político. Essa não é uma questão política, é uma questão social. E como tal, todos nós devemos nos comportar, estar presentes, não só o Congresso, como o Executivo e o Judiciário, para que possamos agilizar esse processo de desapropriação e, o quanto antes, implantar a reforma agrária, o grande projeto do Governo Fernando Henrique. Sua Excelência, sim, tem tido coragem de enfrentar os desafios. Por intermédio da estabilização, fez o maior processo de distribuição social deste País, e é nessa linha que temos que avançar.

Quanto ao Governador Almir Gabriel, o Senado o conhece bem. S. Ex^a esteve aqui, defendendo e mantendo suas posições com altivez. Portanto, temos, neste momento, o coração apertado pelo problema, pelas angústias que, sabemos, S. Ex^a está passando, mas com a coragem, com a transparência que o caracterizam. O Governador Almir Gabriel vai enfrentar o problema e punir os responsáveis por esse ato de violência.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Machado, o Sr. Emandes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Emandes Amorim.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB-RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Na realidade, ao se discutir esses acontecimentos, observamos a manifestação por parte de representantes do Governo. Apenas para esclarecer, no caso da matança em Rondônia, o inquérito ainda não foi concluído, o que demonstra uma falta de interesse por parte do Governo, através de seus órgãos, em agilizar a apuração desses fatos, e, como consequência desta falta de interesse, aconteceu o que aconteceu agora.

Tratando-se de reforma agrária, o Governo Federal não faz, porque não quer. O Governo tem todos os instrumentos em mãos para exercer o seu papel, ou seja, para concluir o programa de reforma agrária. Para comprovar o desleixo por parte das autoridades, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, observamos que até hoje, no caso de Rondônia, Corumbiara, os que sobram do combate da Polícia Militar ainda não foram assentados legalmente. Observa-se, então, a má vontade do Presidente da República, através do Incra, na solução dos problemas.

Tivemos um Presidente do Incra - órgão subordinado ao Ministério da Agricultura - empossado contra a vontade do atual Ministro da Agricultura, e nessa miscelânea de mandos e desmandos não se implantou a reforma agrária. O Governo deve à sociedade, especialmente ao povo do meu Estado, no caso de Corumbiara, uma solução para o problema do assentamento dos Sem-Terra.

Há algo errado nesse procedimento. As obrigações maiores não são desta Casa, e sim do Governo Federal, que tem todos os instrumentos para implantar a reforma agrária. Apesar de ter recursos, pois está jogando dinheiro à-toa nas mãos de banqueiros falidos, o Governo não faz o correto. A própria Polícia ainda não concluiu o inquérito para propiciar o julgamento dos assassinos de 12 ou mais pessoas em Corumbiara. Há algo que não bate com a realidade.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra, para uma explicação pessoal, ao eminente Senador Sérgio Machado.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos. São 10h56min.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a reforma agrária é um problema que já dura 400 anos no Brasil. Durante esse tempo, tivemos problema de terra.

O Presidente Fernando Henrique está no Governo, há pouco mais de um ano, e tem tomado medidas bastante fortes no sentido de fazer a reforma agrária; ela tem que se transformar em uma prioridade nacional, em um problema de toda a sociedade, para que possamos resolver esse problema grave e fundamental para o País.

Agora, querer culpar o Governo Federal, porque o inquérito, que deveria ter sido devidamente apurado pela Polícia Civil do Estado, não o foi, é algo que me deixa estarecido. A meu ver, o caminho não é esse; não podemos usar fatos como esse para finalidades políticas; o que precisamos é resolver, enfrentar o problema social. Tenho a certeza de que o Presidente Fernando Henrique está tomando providências nesse sentido. Esse também é o espírito do Senado Federal.

Temos que sair da retórica e ir para a ação. Essa é uma responsabilidade de todos nós. Temos que sair daquela posição cômoda de perguntarmos o que o Governo pode fazer por nós, mas o que todos poderemos fazer em benefício do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a disporá de cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estou me valendo desse expediente regimental para dar um testemunho, nesta hora em que as discussões se acirram, em que uma justa indignação toma conta de todos os corações e mentes dos brasileiros que se compadecem com essa tragédia que aconteceu no Pará. Eu gostaria de pedir um momento de atenção para um homem: o Governador Almir Gabriel. Fui seu colega, como muitos dos que estão no Congresso Nacional, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte; fomos prefeitos na mes-

ma época, portanto, conheço a formação de S. Ex^a. Não quero estabelecer aqui parâmetros para medir o humanismo dos diferentes Governadores do Brasil, mas posso atestar, com segurança, que certamente o Governador Almir Gabriel é uma das pessoas que têm maior sensibilidade social, que mais se preocupam com essas desigualdades do nosso Brasil, com a exclusão social, com a marginalização e também com o problema da reforma agrária. A ironia está justamente nisso, ou seja, onde há um Governador com essas características a que me referi ocorre uma tragédia dessa dimensão. Todos nós, que estamos, aqui, estarecidos com o que aconteceu, precisamos atentar para esse fato, para não "fulanizarmos" o problema, para não querermos agora transformar o Governador do Estado, um homem com as características do Governador Almir Gabriel, em uma espécie de responsável pelo que aconteceu. São essas tragédias que não se explicam, são esses fatos lamentáveis que acontecem num segundo e se tornam realmente algo que aterroriza a todos pelas proporções.

Tenho falado, como tantos companheiros neste plenário, sobre o problema da reforma agrária, ponderando que um dos caminhos que devemos seguir é o da descentralização da reforma agrária. O Incra, por mais competente que seja e por mais qualificados que sejam seus técnicos de Brasília, não pode cuidar de reforma agrária. É preciso envolver os Estados e os Municípios; é preciso descentralizar as ações da reforma agrária.

A Constituição atribui essa responsabilidade ao Governo Federal, mas precisamos encontrar caminhos para que a solução seja compartilhada entre os Estados, Municípios e a União, porque certamente um prefeito tem muito mais condições de aquilatar o valor da propriedade que está para ser desapropriada, a vocação daquelas pessoas para a atividade agrícola, para a atividade agropecuária, para distinguir os legítimos trabalhadores sem terra de certos aventureiros que andam por aí muitas vezes em busca de, num conflito desses, obter algum tipo de vantagem pessoal. Esses muitas vezes recebem lotes de terra para alienar no dia seguinte, porque não são pessoas vocacionadas para a atividade agrícola.

Assim, Estados, Municípios e a União, conjuntamente, têm todas as condições de ser melhor sucedidos em um processo de reforma agrária em que todas essas esferas de poder compartilhem suas ações.

Então, Sr. Presidente, o que desejo é somar minha voz a tantas quantas já se manifestaram nes-

te plenário, para lamentar os graves incidentes que aconteceram, a fim de que possamos tirar daí uma lição que permita evitar, no futuro, a repetição de fatos como este. Mas que não se queira jogar a culpa sobre os ombros de um homem como o Governador Almir Gabriel, de quem tenho a honra de ser companheiro, colega e amigo, como se fora ele o único responsável pelo incidente que ocorreu, tenho certeza, à sua revelia e contra a sua formação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao eminente Senador Lúdio Coelho.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^a Marluce Pinto e Srs. Senadores, quero começar levantando uma dúvida sobre o cumprimento do Regimento. De uns dias para cá, os Srs. Senadores estão ocupando a prerrogativa de comunicações inadiáveis para fazer discursos. Estou inscrito, há três dias, para falar e não posso usar do direito que tenho me inscrevendo. Solicito a V. Ex^a que registre esta observação de minha parte.

Quero dizer aos Srs. Senadores, meus companheiros, que, falando todos os dias com o interior, com Campo Grande de onde vim, recebo perguntas de como vão as coisas aqui por Brasília. Ontem à noite, tive oportunidade de dizer, a um cidadão de Campo Grande amigo meu, que as coisas não estão indo muito bem.

Estamos passando por um período que parece estar a exigir uma reflexão do Executivo Federal e do Legislativo principalmente. Essa incidente ocorrido no Pará, que muito nos entristece, e essa mortandade de doentes lá em Pernambuco não recomendam a época em que estamos vivendo. Parece que nós, aqui no Brasil, não estamos no século XX. É uma tristeza isso a que estamos a assistir; é uma morte por escala. E não estamos vendo providências em profundidade.

Ontem, à tarde, ouvimos muitos pronunciamentos de protesto contra aquela ocorrência lá no Pará: muitos fatos verdadeiros, muita demagogia. Estamos assistindo, Sr. Presidente, nesse assunto da reforma agrária a algo que nada tem a ver com a reforma agrária. Há meses, quando saiu o Sr. Francisco Graziano do Incra, propus ao Ministério da Agricultura que colocasse à frente do Incra um Presidente ou ex-Presidente da Embrapa, para que tentássemos dar um direcionamento legítimo à reforma agrária.

Esse movimento é ideológico, é um movimento que busca uma mudança no sistema rural brasileiro.

Vimos ontem pela televisão a entrevista de um pedreiro que estava desempregado em sua cidade e se incorporou ao protesto em busca de um pedaço de terra.

Tive oportunidade de ver, junto com os Senadores Sérgio Machado e Bernardo Cabral, agora mesmo, uma notícia do **Correio Braziliense** de ontem dizendo que os policiais estavam a soldo dos fazendeiros.

Ora, os nossos irmãos brasileiros desempregados - porque são desempregados e não trabalhadores rurais - obstruíram essa rodovia, contrariando os interesses da coletividade. Pergunto: que legitimidade há na obstrução de uma rodovia ou ponte, cerceando o livre trânsito das pessoas? O que têm os fazendeiros a ver com isso?

Quando a polícia foi cumprir a sua missão de desobstruir a rodovia - vimos pela televisão -, os nossos irmãos brasileiros correram de foice, faca e revólver atrás de policiais. Depois culpamos os policiais por tudo o que acontece. É sempre assim. Quando os policiais enfrentam marginais, eles são culpados de violência.

Precisamos colocar os fatos nos seus devidos lugares. Queremos fazer uma reforma agrária sem dotação de ordem nenhuma. Queremos desapropriar terras pagando com TDAs podres. Um governo que se preze não emite documentos podres, documentos que não vão ser honrados. Não é por aí que vamos atingir a verdadeira reforma agrária que todos nós queremos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou homem do campo, sou roceiro. Quando perguntam a minha profissão, brinco aqui no Senado e respondo que sou roceiro. Sou agricultor, sou plantador de feijão, de milho, de arroz, de soja, de aveia. Tenho muita honra disso.

Esses fatos que estão acontecendo estão dentro do contexto das reformas por que a Nação está passando. Vivemos um período de quase 50 anos de inflação que desorganizou a vida do País e nós nos acostumamos a gastar mais do que ganhamos. Agora, estamos chegando ao juízo final, ao momento do acerto de contas.

O Congresso Nacional deveria estar a debregar-se sobre a reforma do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ontem, a propósito, eu estava falando ao telefone que estamos nos dedicando só a assuntos que não estão levando a coisa alguma. Perdemos um tempo enorme tratando do Sivam e

agora estamos tratando dos problemas do setor bancário, problemas esses que são consequência do ajuste econômico.

É preciso que a Nação reflita sobre os atos ilícitos cometidos na rede bancária brasileira, pois eles não começaram hoje. Por mais incompetentes que fossem, esses maus dirigentes bancários não conseguiriam causar, em um ano, o desastre que causaram no Banespa, no Econômico e no Nacional. Isso vem de longe. O Presidente Fernando Henrique Cardoso apenas está apurando o problema.

E nós estamos tentando interferir, de todo jeito, na área do Executivo. As nossas comissões quase não estão mais dando tempo ao Executivo de trabalhar. Vemos todo dia diretores de empresas serem convocados e ficarem de 8 a 10 horas sentados aqui, respondendo perguntas sobre coisas que todo mundo sabe o que são.

O Sr. Ernandes Amorim - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Lúdio Coelho?

O SR. LÚDIO COELHO - Pois não.

O Sr. Ernandes Amorim - Nobre Senador, V. Exª diz que é demagogia. Na realidade, o que se vê é realmente demagogia, porque o Governo Federal tem que tomar posições. Veja a confusão com os presos em Goiás: no outro dia, o Governador baixou decreto para soltar presos, para resolver os problemas. Veja o caso do Banco Nacional: numa madrugada foi criado o Proer e na mesma madrugada foram repassados R\$5,7 bilhões, para acudir bancos em falência - com o dinheiro do povo. Se um banco está falindo, é por incapacidade sua, por má administração. Mas o Governo Federal vai acudi-lo e vai soltar os presos. No caso de Corumbiara, no entanto, que ocorreu há um ano, o Governo Federal nem sequer assentou aqueles posseiros. Mataram não sei quantas pessoas no Pará e hoje já era para se ouvir do Governo Federal decisões no sentido de repassar recursos para a reforma agrária. O Governo Federal, acabei de dizer há pouco, tem todos os instrumentos para fazer a reforma agrária, mas, na verdade, ele não tem interesse em resolver os problemas do povo pobre, humilde, dos agricultores. A agricultura, em nosso País, está falida. Temos dinheiro para tudo. Tive oportunidade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de assistir ao programa da Globo, no domingo pela manhã, no qual vi agricultores chorando, saindo de suas propriedades e entregando-as aos bancos por causa dos altíssimos juros. Ainda esta semana o Ministro da Agricultura me disse, em Rondônia: - Senador, de R\$1,5 bilhão destinados à agricultura, ainda temos R\$1,2 bilhão,

que os agricultores não tomaram emprestado. Por que? Porque os juros são altos e o agricultor, se fizer empréstimo, terá que entregar a sua fazenda. Por outro lado, vemos o Governo emprestar dinheiro a bancos falidos a 6% ao ano, e não dar atenção aos agricultores. E dizem que os fazendeiros estão pagando a polícia, apoiando a polícia. V. Exª, como eu e outros aqui, somos fazendeiros e sabemos que todos os fazendeiros estão falidos, por causa da política errônea que aí está. Disseram aqui que o atual Presidente não vai resolver um problema de 400 anos. Esse problema é de agora! O Presidente tem autonomia, tem recursos, tem assessoria. Se o Presidente do Incra não tem competência para resolver o problema, que se coloque outro no lugar, mas que se resolva o problema dos agricultores de uma vez por todas. Vejo V. Exª dizer humildemente que foi abordado por pessoas em seu Estado. Também eu vi em meu Estado os agricultores cobrarem apoio do Governo. A maioria do povo da área rural está vindo para as capitais para viver amontado, por falta de apoio, de definição política do Governo. Está faltando programa de governo, nobre Senador, neste País. Está faltando seriedade, pulso; está faltando a quem tem obrigações, que as cumpra. A maioria dos Senadores desta Casa quer fazer algo, mas falta apoio de muitos outros para que se cobre do Presidente da República mais seriedade em suas decisões. Obrigado.

O SR. LÚDIO COELHO - Obrigado, Senador Ernandes Amorim. Eu não estou de acordo com V. Exª que o responsável por isso seja unicamente o Presidente da República. Essa questão exige meditação dos homens públicos brasileiros, a fim de encontrarmos saídas.

A reforma agrária é de responsabilidade de nós todos. Penso que se cada um de nós cumprir mais um pouco com o seu dever, talvez encontremos o caminho mais fácil.

Hoje, assuntos que estão muito em foco no País todo são a reforma agrária, as ocupações, as invasões, a crise bancária, o sistema financeiro. Tenho comigo que precisamos legislar novamente sobre as atribuições do Banco Central, para ver se conseguimos dar-lhes objetividade. O que está acontecendo no sistema financeiro é uma consequência das reformas que estão sendo implantadas.

Há também um certo grau de responsabilidade do Banco Central, na sua função preventiva. Precisa ficar claro, com relação a esses desastres administrativos na rede bancária e à apuração de ilícitos praticados durante anos, se o Banco Central não

apurou esses ilícitos por incompetência, ou se houve pressões políticas para que providências não fossem tomadas. O certo é que estamos assistindo a um desajuste generalizado.

Quando o Banco do Brasil tem resultado negativo e a sua diretoria procura tomar medidas de aprimoramento de desempenho, de melhoria de desempenho administrativo, ouvimos vozes, aqui no Senado, levantarem-se contra o fechamento de agências, como se o Banco do Brasil fosse uma casa de caridade.

O Banco do Brasil é uma organização da política governamental do Governo, mas ele tem que trabalhar com uma conta de resultado positivo, sem o qual ele não subsiste. O Banco do Brasil não tem recursos orçamentários subsidiando a sua atividade. O Banco do Brasil, acompanho-o há muitos anos, talvez seja uma das organizações públicas brasileiras que conseguiram passar pelos mais variados governos sem se comprometerem muito com a corrupção, com as pressões políticas. E hoje estamos vendo Senadores protestando contra o fechamento de agências que dão prejuízo, muitas delas abertas por pressões políticas, agências que nunca deveriam ter sido abertas.

O Congresso Nacional, e nós, do Senado, precisamos refletir sobre o momento por que estamos passando e nos dedicar às nossas responsabilidades específicas. Achei muito interessante a decisão tomada ontem de ida da comissão de Senadores ao Pará, mas é uma atribuição do Ministério da Justiça apurar essas ocorrências.

Nós poderíamos cuidar do nosso trabalho aqui, cuidar das reformas que precisamos fazer, discutir as reformas que estão pendentes, para ver se as levamos a bom termo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúdio Coelho, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Concedo a palavra ao Senador José Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, como hoje é dia 19 de abril, desejo apenas registrar que no próxi-

mo domingo, dia 21 de abril, Brasília completa 36 anos.

Na terça-feira, pela manhã, teremos uma sessão solene, nesta Casa, em homenagem a Brasília, mas eu gostaria, nesta última sessão antes do aniversário da capital do País, de dizer aqui que todos nós, brasileiros, que, de uma maneira ou de outra, viemos para cá, temos o sonho de que Brasília, muito mais do que cidade-capital, se constitua, efetivamente, em pólo de interiorização do desenvolvimento nacional como é do seu destino.

Confesso ao Sr. Presidente e a todos os Srs. Senadores que eu, hoje, pessoalmente, estou muito triste. As cenas a que todos assistimos ontem pelas emissoras de televisão e esses conflitos que a sociedade brasileira infelizmente vem enfrentando são muito graves, representam um momento muito difícil da vida brasileira.

Todos nós, que temos responsabilidades, que temos juízo, com certeza paramos para pensar, olhamos a história das nossas próprias vidas, as razões pelas quais estamos aqui, na mais alta Corte, na mais alta Casa legislativa do País, e perguntamos: que rumos são esses?

Agora há pouco, dizia-me o Senador Artur da Távola um paradoxo. Embora, nesse último ano, os dados oficiais registrem que 42 mil famílias foram assentadas e que há outras 180 mil a serem assentadas, a grande verdade é que, nos últimos 30 anos, foram sendo concentrados e somados problemas na vida brasileira, problemas de toda ordem, principalmente de ordem social, e todos esses problemas desaguam no Governo.

Sejam ou não partidários do Presidente Fernando Henrique, goste-se ou não de Sua Excelência, pela sua própria história de vida, pelo que fez na sua carreira política, o Presidente Fernando Henrique despertou uma expectativa muito grande em setores representativos da sociedade. Que possa o Presidente, de uma forma rápida, dar vazão a problemas tão grandes, tão emergenciais e que atinjam tão de perto a consciência da Nação brasileira.

Por mais que todos vejamos falhas nos aparatos do Governo - e aí falo do Estado nos seus vários níveis: do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Municípios, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo -, todos somos juntos responsáveis.

A grande verdade é que, por mais que a nossa geração tenha conquistado liberdade, tenha conquistado democracia, esteja no processo de conquista da estabilidade econômica, os problemas sociais se acumularam de tal ordem que não estamos

conseguindo buscar caminhos majoritários, eu nem diria consensuais, para resolvê-los.

Esses problemas foram se acumulando durante muitas décadas e, por mais que encontrássemos um caminho que convencesse a sociedade brasileira, através dos setores que pensam, de todos os matizes ideológicos; por mais que conseguíssemos um pacto de idéias que buscassem soluções, a grande verdade é que essas soluções, por mais bem elaboradas que fossem, levariam tempo, ainda que um tempo menor do que aquele que foi gasto para que esses problemas se acumulassem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pensei muito esta noite. Lembrei-me dos movimentos estudantis dos quais fiz parte. Lembrei-me daquelas bandeiras, que eram tão caras à minha geração; uma geração oprimida, principalmente em 1968; mas, ainda que oprimida, sonhadora.

Vejo-me aqui, representando a Capital do País. Chegamos no Senado Federal e às vezes nos sentimos tão impotentes para tentar agir ou, pelo menos, para tentar reagir!

Manifesto, aqui, a minha tristeza pessoal, a minha indignação até. Não é possível que num País como o nosso, um País que é rico, um País que é fértil, um País que é grande, um País que tem água abundante, um País que tem gente trabalhadora e pacífica, nós mesmos criemos conflitos, de tal ordem que brasileiros matem brasileiros, que brasileiros agriem brasileiros.

Não vou hoje entrar nos vários ângulos de análise dessa questão agrária brasileira, até porque estão neste Senado pessoas mais experientes, mais estudiosas do que eu e que vivenciaram a história da política agrária brasileira, seus erros e seus desastres durante praticamente todo este século.

Mas quero registrar aqui a minha indignação. Aquelas cenas que as emissoras de televisão brasileira mostraram não podem acontecer em solo brasileiro. Se somos diferentes de tantos outros países do mundo é porque, embora com tantos e graves problemas sociais, vínhamos convivendo e buscando soluções pacificamente, porque falamos a mesma língua, porque somos um País da miscigenação de raças; somos um País da convivência pacífica entre os desiguais.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não dá para tapar o sol com a peneira. As desigualdades regionais são de tal ordem, as desigualdades entre as classes sociais são de tal ordem que não se trata

apenas e tão-somente de culpa deste ou daquele Governo, deste ou daquele movimento.

Na verdade, ou conseguimos, com inteligência, com compreensão, com flexibilidade ter um projeto de País que nos una pelas nossas convergências e que possa diminuir as desigualdades entre as pessoas, as desigualdades entre as classes sociais, que incluam os quase 16 milhões de brasileiros que não tomaram café hoje, pela manhã, que diminua as desigualdades regionais do nosso País ou, fatalmente, esses conflitos vão acontecer e vão se repetir. E não são apenas conflitos no campo, mas também na cidade. Há cidades que, elas próprias, são o mapa e o retrato 3x4 das nossas disparidades. Há alguns que têm tanto, que têm tantos carros importados, tantos aparelhos de primeira geração, tantas casas suntuosas e outros que nada têm.

É impossível que as pessoas de um País como o nosso, que é democrático, que é libertário, continuem parando nas esquinas com seus carros importados de vidro fechado e de ar condicionado ligado para se protegerem de irmãos brasileiros que estão ali, pedindo; e de outros que, revoltados, estão roubando.

Será que não vemos que se os setores que pensam na sociedade brasileira não fizerem algo que modifique esse perfil, as nossas casas, as propriedades estarão fatalmente inseguras. A insegurança atinge não apenas as pessoas, não apenas as propriedades. É a insegurança da consciência da Nação brasileira que está hoje indignada, revoltada com a ocorrência, em solo brasileiro, de fenômenos de tais proporções.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que faço essa confissão de indignação, no momento em que Brasília, que nasceu para interiorizar o desenvolvimento nacional, para ser pólo de convergência das mais diversas regiões do País, que nasceu para induzir o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, ainda não está cumprindo a sua missão.

Penso que não só o Governo Federal, mas os Governos Estaduais, todos os Poderes da República, todas as instâncias de aparelho do Estado têm que estar preocupados. Temos que encontrar fórmulas através do diálogo, e não da agressão; através da convergência, e não da divergência, de um projeto de País que possa unir a sociedade brasileira sem uso da força, sem uso da repressão, convivendo com a liberdade de expressão, sabendo que, muitas vezes, movimentos populares se radicalizam pela falta de opção e pela desesperança; desesperança que não vem de um ou dois anos mas de 30, 40 anos.

Será que nós todos, brasileiros, não vamos ter a consciência de que é preciso uma mudança, principalmente em nível cultural da sociedade brasileira, para que alcancemos um projeto de País que nos una pacificamente em torno dos ideais maiores de uma Nação feliz?

Brasília, ao completar 36 anos, tem muitas razões para comemorar. De alguma forma, ela fez com que brasileiros que viviam no litoral voltassem para o seu próprio território. A construção de estradas e de usinas hidrelétricas, que vieram no rastro da construção de Brasília, de alguma forma fizeram com que a nossa geração de brasileiros pudesse conquistar o nosso próprio território.

Mas as disparidades ainda são muito grandes: se de um lado Brasília abriu as portas do Pantanal, da Amazônia, se de um lado Brasília encurtou distâncias para o Nordeste, por outro lado ainda não tem mecanismos que possam induzir o desenvolvimento harmônico e equilibrado do Centro-Oeste brasileiro.

Penso que, no aniversário da Cidade, quando completa 36 anos, mais importante do que discutir os seus problemas urbanos é discutir a sua vocação dentro do cenário da Pátria. E essa vocação não é de ser apenas a cidade-capital; é uma vocação muito mais importante: interiorizar o desenvolvimento nacional.

Registro, Sr. Presidente, a nossa alegria pela passagem do aniversário da Cidade, por aquilo que ela representa, pelo fato de ela nos fazer refletir sobre a força dos brasileiros que, a despeito das dificuldades, vieram para cá nos anos 50 para construir a mais bela capital do Terceiro Milênio, a Capital da Esperança, como dizia André Malraux. Cumprimento aqui todos os que para cá vieram: pedreiros, engenheiros, professores, estudantes, todos os que, de alguma maneira, com a força de seu trabalho braçal ou de suas inteligências, ajudaram a construir esta cidade. Registro a alegria de ter tido o privilégio de construir toda a minha vida profissional nesta cidade, de nela terem nascido meus filhos, enfim, a alegria decorrente do fato de ser eu um brasiliense.

Por outro lado, Sr. Presidente, manifesto minha inquietação em relação à possibilidade de Brasília cumprir a sua missão de ajudar no processo de interiorização do desenvolvimento nacional, na diminuição das desigualdades regionais. Precisamos encontrar - quando digo nós, refiro-me a todos os brasileiros, principalmente aos que estão na vida pública - pontos de convergência, que diminuam as grandes dificuldades, as grandes diferenças entre as

classes sociais, as grandes disparidades entre as pessoas e as regiões, disparidades que geram conflitos de proporções impensáveis, como o que ocorreu anteontem no sul do Pará.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, trazendo ao Plenário uma reflexão: nós, homens públicos, ao discutir com veemência nossos posicionamentos, ao debatermos com garra e com determinação nossos pontos de convicção, muitas vezes nos esquecemos que eles adquirem o efeito multiplicador do rádio, da televisão e da imprensa em geral. Ao final, as pessoas, principalmente as mais humildes, as que estão lá no interior do País, nos campos de trabalho, nas pequenas cidades, recebem essas divergências de idéias e as interiorizam como uma divergência maior, que passa a ser até física. Daí por que penso que todos que fazemos vida pública temos que ter a responsabilidade de divergir dentro de certas regras de comportamento ético, para que essas divergências sejam traduzidas lá nas pequenas cidades, lá nos locais mais longínquos da nossa pátria como divergências de idéias de brasileiros que têm o objetivo comum de construir uma Nação mais feliz. Essas discordâncias não podem ser traduzidas em um tipo de incentivo ao conflito, à luta armada ou à repressão.

Nós, brasileiros, temos uma tradição de paz; nós, brasileiros, com paz, com liberdade e com democracia, haveremos de construir uma Nação mais justa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Bello Parga deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ernandes Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Wilson. S. Ex^a disporá de vinte minutos.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna expressar um sentimento de satisfação em relação aos depoimentos prestados esta semana pelo Ministro Pedro Malan e pelo Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Na ocasião, finalmente anunciaram a solução para o caso do Banco Econômico.

Venho também hoje à tribuna manifestar preocupação no que se refere ao fato de que, na mesma época em que Banco Central decretou a intervenção no Banco Econômico, também o fez em relação ao Banco Mercantil de Pernambuco. Trata-se de um banco muito menor do que o Econômico, mas nem

por isso menos importante para Pernambuco do que o Banco Econômico é para a Bahia e para a região.

Em razão desse fato, comunico aos meus colegas Senadores, especialmente às Lideranças do meu Partido, no caso ao Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB, e ao Senador Elcio Alvares, Líder do Governo, que espero que o mesmo tratamento dispensado ao Banco Econômico seja dado ao Banco Mercantil. Se isso não for feito, considero-me liberado das orientações do meu Partido. Não votarei a favor de nenhuma rolagem de dívidas de bancos, como o Banespa ou qualquer outra instituição financeira, caso não for resolvida a questão do Banco Mercantil.

Não estou aqui fazendo apologia da política do "é dando que se recebe", não estou dando com uma mão para receber com a outra; estou apenas pedindo que seja dado tratamento igualitário à questão do Banco Mercantil. Tenho autoridade para dizer isso, uma vez que o proprietário deste banco é um adversário político, com quem disputei a última eleição, derrotando-o.

Faço este apelo ao Banco Central e ao Ministro da Fazenda. Pretendo mostrar que faço a minha defesa em favor principalmente dos correntistas, daqueles pequenos depositantes do Banco Mercantil, que estão privados de poder sacar seu dinheiro. Portanto, deixo bem clara minha posição para que amanhã o Governo não me venha cobrar qualquer voto de rolagem de dívida do Banespa ou de qualquer outra instituição financeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos, por vinte minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, os oradores que me antecederam - parece-me - incorreram em um vício de nossa cultura: procurar os culpados individuais para apontá-los como causadores de questões que não são individuais, mas sociais.

O nosso processo supera muito os indivíduos; os problemas brasileiros são muito maiores do que Fernando Henrique Cardoso, do que a sua equipe. Nossas questões superam - tanto elas quanto as obras que o homem faz através de seu caminho histórico -, são muito superiores àquilo que o átomo individual, o indivíduo isolado poderia pensar em fazer.

O fato de procurarmos os causadores de nossos problemas, de dizermos que tomaram essas ou

aquelas providências **a posteriori** realmente é incidir em um engano muito próprio de nossa cultura. Os crimes coletivos, as organizações coletivas não são objeto ainda nem sequer do nosso Direito, que é individualista, que procura criminosos individuais, que exige certo tipo de comportamento, de conduta por parte das autoridades, a fim de apenar algum distúrbio de comportamento individual, quando as organizações coletivas, os crimes praticados pelos "colarinhos brancos", os praticados por segmentos organizados da sociedade permanecem impunes e, muitas vezes, sequer não foram ainda enquadrados devidamente em nossa legislação.

Portanto, gostaria de tratar aqui de um problema, que também não é um problema individual. Não procuro aqui responsáveis individuais pelos nossos problemas.

Um dos problemas mais importantes que mostram que não se trata de questões tópicas, mas de questões que revelam a inviabilidade de um sistema, de um modo de organização da sociedade, que revelam talvez que o capitalismo, ao tentar sobreviver a si mesmo, está cada vez impondo um custo social à Humanidade, que se manifesta nos problemas insanáveis de nossa época. Um desses problemas é o desemprego. E a cada momento vemos que os governos, ao invés de enfrentar o problema com consciência e com clareza, procuram dizer que não são culpados pelo desemprego. Sim, individualmente, os governantes, os dirigentes de uma época não são culpados pelos problemas sociais. Mas a organização política, econômica, jurídica da nossa sociedade e de nosso tempo mostra, obviamente, que construímos um mundo onde 830 milhões de pessoas encontram-se desempregadas. E o que devemos procurar entender é esse desemprego atual, de 830 milhões de pessoas, difere dos outros desempregos que avassalaram a formação e o desenvolvimento do capitalismo ao longo de sua história.

As crises anteriores, que levaram os trabalhadores ao desemprego, não podem ser confundidas com a crise atual. O que percebemos é que, incapazes de enfrentarmos o problema e solucioná-lo, os dirigentes do mundo capitalista jogam o problema nas costas do mercado, é o mercado que deve resolver. E que mercado é este? Poucos entendemos que o mercado, que se reorganizou no modo capitalista de produção, absorveu todo o despotismo dos déspotas esclarecidos, o autoritarismo da sociedade, e que essa organização objetivou nas máquinas, no modo de produção, na disciplina, na obediência ao taylorismo e ao fordismo; objetivou nelas aquele

autoritarismo que antes pertencia às relações políticas, e que dentro do ambiente de trabalho, dentro das grandes manufaturas e das indústrias, se expressava através dos feitores, dos fiscais, que impunham ao trabalhador não apenas a sua subserviência aos horários, ao imperativo da máquina, à necessidade de alimentá-las cada vez com maior intensidade e, portanto, de impossibilitar a liberdade verdadeira.

Um livre mercado que é, na realidade, um ditador, um ditador impessoal, e, portanto, passar para as costas do mercado, dizer que os trabalhadores que estão desempregados é porque foram rejeitados pela racionalidade do mercado, que esses trabalhadores não têm mais qualificação, e que, portanto, esses trabalhadores são culpados pelo seu desemprego. Isso é uma covardia. Não há nada mais mentiroso do que isso. É uma tentativa de criar um complexo de culpa por parte daqueles que já estão sendo castigados pelo desemprego criado pelo sistema.

Então, dizem que de repente houve uma modernização do equipamento, das máquinas, das formas de produzir e que foi essa modernidade - a robótica, a informática e a telemática - a responsável pelo desemprego de milhões de trabalhadores brasileiros. Nada mais mentiroso do que isto! Quanto mais a máquina se desenvolve, mais se parcializa o trabalhador. Quanto mais o modo de produção se desenvolve, mais fácil fica operar os instrumentos de trabalho. Os meus netos têm muito mais facilidade em mexer com computador do que eu. O computador, esse produto da modernidade, é facilíssimo de ser administrado e manipulado.

Lá nos Estados Unidos, para empregar os trabalhadores mexicanos e outros desqualificados - fenômeno que Adam Smith já havia percebido, essa parcialização e essa necessidade de que cada vez um menor tempo de aprimoramento da mão-de-obra, de sua preparação, simplificação do processo de trabalho e da cabeça dos trabalhadores, que têm que fazer movimentos e operações cada vez mais simples, empobrecendo o homem trabalhador, reduzindo seu universo de experiências - como um milhão e quinhentos mil brasileiros, que deveriam estar aqui aumentando o nosso desemprego se não estivessem lá foragidos para o mundo, principalmente para os Estados Unidos, não precisam saber inglês, não precisam saber nada, nem ler, porque as máquinas têm desenhos. Basta apertar o botão com o desenho desejado para operar o sistema. Que qualificação, coisa nenhuma! É justamente o contrário. A engenharia, altamente qualificada que produz as

máquinas que têm que ser operadas, cria formas e processos de produção e de operação, tanto na indústria que produz mercadorias, quanto no setor de serviços, cada vez mais simples.

Portanto, é uma grande injustiça lançar sobre as costas do trabalhador brasileiro a idéia de que ele é culpado pelo seu desemprego porque é um desqualificado.

Todos os modos de produção de organização da sociedade, quando querem explorar um sentimento da sociedade, afirmam que eles são inferiores.

Na escravidão o trabalhador era uma res, uma coisa, para que nós, os dominadores, para que classe dominante pudesse explorar sem culpa na consciência aquela coisa em que foi transformado o trabalhador escravo.

Esquecemos que os escravos trouxeram para o Brasil um modo de operar o ferro, de trabalhar o ferro. Os portugueses não sabiam construir fornos de ferro, siderurgias, mas os negros sabiam e ensinaram os portugueses. E um desses fornos de ferro, de um modelo africano que foi montado em Minas Gerais, funcionou muito melhor do que o sistema espanhol, que foi montado em São Paulo, de acordo com Caio Prado Júnior.

De modo que, então, essa desqualificação do trabalhador é esta mesma que se encontra hoje, permitindo que os trabalhadores sejam mortos impunemente, que sejam remunerados com qualquer R\$100,00; que sofram a exclusão agora, através dessa tal de cesta básica, que passa a ser escolhida, porque o seu preço cresceu menos do que o INPC, como o parâmetro para o reajuste dos salários brasileiros. E o Governo também desqualifica os funcionários públicos para melhor explorá-los; diz que os funcionários são incompetentes; diz que os funcionários não se qualificaram, não prestam bons serviços. Para quê? Para reduzir e achatar os seus vencimentos. E ainda mais: para quando chegar a data-base, que já foi para o espaço, não dar a reposição devida.

E muitos segmentos do Governo, inclusive a Srª substituta do Ministro Bresser Pereira e outros expoentes desse mesmo Governo reconhecem que, realmente - e não podem deixar de reconhecer o óbvio -, em 14 meses ficou uma dívida para com os funcionários públicos. E na hora de dar o reajuste de 46%, negam qualquer possibilidade de que isso aconteça e dizem que não há recursos no caixa, que isso provocaria um retorno, que abalaria o Plano Real, e sempre se recordam do Plano Real nestas horas, mas não na hora de montar um Proer, não na

hora de manter os privilégios, não na hora de trazer funcionários públicos de São Paulo e dar a eles 300% de aumento para que desempenhem as funções que a cúpula do Plano Real considera como essenciais.

Brasília é uma cidade que será e está sendo destruída não pela falta de competência, não pelo fato de que há desvios dos recursos da administração pública, mas Brasília está sendo destruída pelas consequências do Plano Real que nela se concentram: o achatamento de salários e de vencimentos, a taxa de desemprego que, em Brasília, é muito superior a de São Paulo, porque atinge 16% em Brasília, e a demissão de funcionários.

Collor: 160.000 funcionários demitidos; esse Bresser Pereira ameaça 80.000, enquanto lá a Fetrabran diz que é preciso demitir 180.000 bancários.

Diante desta crise em que nos encontramos, é preciso saber que ela tem algumas especificidades. Na crise de 1929, o Governo Roosevelt, Hitler, a partir de 1933, e Mussolini antes deles, reempregaram trabalhadores, transformaram a população desempregada em militares engajados nas operações de guerra. Criaram as grandes obras públicas. Nos Estados Unidos, na Alemanha: estádios, obras em lugares insalubres. Roosevelt pagou para que os fazendeiros não plantassem, porque havia excesso de produção, diante de um mercado que se encolhia pelo desemprego e pela fome. A Suprema Corte dos Estados Unidos falou que era inconstitucional pagar para não plantar e Roosevelt tinha o apoio de três dos seus membros, os únicos que votavam a favor dessas medidas de Roosevelt, para absorver o desemprego e tentar superar as contradições do capitalismo.

Em 1935, cinco juízes foram substituídos na Suprema Corte e, a partir daí, aquilo que era inconstitucional e ilegal passou a ser constitucional e legal. Então, as grandes obras puderam ser realizadas e os fazendeiros deixaram de plantar cactos para continuar a receber para não plantar, para aumentar a renda e o consumo de uma sociedade que é altamente contraditória, que cria produção em grande escala mas que põe o trabalhador na rua e impede que ele consuma. E o governo, para subsidiar e sustentar esse sistema, vai fornecendo cada vez mais dinheiro para os fazendeiros não plantarem, para os capitalistas produzirem armas e bombas, para que rodovias paralelas e completamente improdutivas sejam construídas. Como diz a grande cabeça que idealizou, no mundo ocidental, esse sistema da dissipação institucionalizada paga pelo governo: é pre-

ciso que essas obras que o Governo faz sejam **who-le wasteful**, completamente dissipadoras, e não apenas parcialmente dissipadoras.

Quando a nossa Comissão percorre as mais de cem obras inacabadas e abandonadas neste País, não percebem muitos de nós que essas obras fazem parte do sistema dissipador.

Fernando Henrique Cardoso dizia que até no social o capitalismo dissipa. Os gastos no social não são por amor, não são por fraternidade, não são para amparar o próximo; dizia Fernando Henrique Cardoso que eles são para dissipar. Se não se pode dissipar no espaço suficientemente em guerras - e são 25 conflitos hoje no mundo - então se dissipa no social. Infelizmente o social não tem sido nem objeto dessa dissipação a que Sua Excelência se referiu.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Pois não, com muito prazer.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Lauro Campos, há um paradoxo no Legislativo. V. Exª faz um pronunciamento sério, linear, e eu verifico no Plenário a presença de quatro Senadores a ouvi-lo atentamente. V. Exª traça um perfil eqüidistante de qualquer conotação política-ideológica, mostrando o desemprego, abordando um assunto sério, que é o complexo industrial militar dos Estados Unidos - há uma obra que ficou célebre sobre isso, de Jack Anderson. Verifico que V. Exª compõe um discurso, mostrando, sobretudo, que se despreza o social e que realmente ele não é feito por amor. Num País como o nosso, acostumado a fazer do trabalhador o culpado quando a inflação sobe - como se fosse possível atribuir a salário o índice inflacionário -, num País em que se vê a cada dia que passa a desculpa, como bem acentuou V. Exª, na robótica, na informática, eu me dou conta de que algumas vezes vale a pena estar neste plenário, ainda que numa sexta-feira e que não tenha a quantidade de Senadores que V. Exª merecia para ouvi-lo. E me dou conta que vale a pena, porque o discurso de V. Exª está todo recheado de uma densidade daquele que sabe o que diz. Freqüento muito o Senado, tal qual V. Exª, e, amiúde, tenho ouvido os seus discursos, neles não encontrando, em nenhum instante, senão a preocupação com a coisa pública. V. Exª não é daqueles parlamentares - e peço permissão para me incluir neste meio - que está muito mais voltado para as suas ambições pessoais do que para os interesses coletivos. Poderia eu aqui ficar numa omissão oportunista e não apartear-lo, mas não faria bem a

minha consciência se não registrasse a densidade do seu discurso, com os meus cumprimentos, Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim. Fazendo soar a campainha.) - Nobre Senador Lauro Campos, o tempo do seu discurso já se esgotou há seis minutos. Peço que V. Exª seja breve.

O SR. LAURO CAMPOS - Gostaria apenas de terminar e agradecer ao nobre Senador Bernardo Cabral as suas palavras que, não apenas me envaldecem, mas engrandecem o meu modesto pronunciamento.

Concluindo, para não deixar sem um fecho aquilo que estou dizendo, gostaria de dizer que, ao invés de reempregar os trabalhadores que o sistema capitalista põe na rua, impiedosamente e de forma crescente, o Governo também desemprega. São duas forças que convergem, agora, não tendo uma o sentido de neutralizar a outra; ambas atuam no mesmo sentido desumano. Para a coisa, tudo; para o homem, nada.

A acumulação de capital absorveu todos os recursos: da educação, da saúde, do lazer, de uma vida mais digna. Tudo foi absorvido e massacrado por um sistema que agora se encontra em crise. Em crise de quê? Em crise de concentração excessiva, de excesso de capital, de sobreacumulação, que exige uma redistribuição de renda, uma redistribuição da vida, da cultura, da saúde, que exige uma redistribuição da propriedade.

Nós, que ficamos com palavras enganosas, não devemos nos enganar, porque não haverá retomada, não haverá desenvolvimento possível dentro desse quadro! É impossível desenvolver e retomar o desenvolvimento da economia brasileira, porque esse desenvolvimento dentro desses padrões, sem mudanças mais profundas, significaria apenas o retorno da inflação, sim - nisso, os monetaristas têm razão. Os monetaristas patinam na aparência, patinam na superfície e não querem penetrar nas relações e contradições que se encontram no subsolo do Real.

Se agora quisermos falar em duas coisas que são contraditórias, estabilidade e desenvolvimento, e se optamos pela estabilidade, se optamos pelo equilíbrio orçamentário, se optamos pelo mercado como o culpado por todas as mazelas que o Governo privatiza, se optamos por isso, obviamente, é porque também o Governo foi envolvido na crise e, como um Governo de crise, não tem condições de ser de novo, como foi nos anos 50, no Brasil, o pólo articulador e centralizador de um processo de crescimento e desenvolvimento.

Se gastos e novos investimentos forem feitos, é óbvio que a inflação retornará virulentamente e a nossa dívida pública, que tenta controlar a inflação e enxugar a base monetária, que seria cada vez mais alargada, ultrapassaria os R\$131 bilhões em que se encontra hoje.

A uma taxa de 10% de crescimento ao mês, essa dívida pública seria, obviamente, incontrolável. Quanto mais cresce a dívida pública, mais os banqueiros ganham e maior será o serviço desse montante crescente da dívida pública.

O sistema é tão perverso que as medidas tomadas acabam sempre favorecendo os mesmos privilegiados. No caso, os banqueiros, privilegiados pelos bilhões do Proer e pelo crescimento do serviço de uma dívida crescente.

Sr. Presidente, obrigado pelo tempo que me foi concedido e pela paciência com que os distintos e seletos Senadores me ouviram.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Tem V. Exª a palavra, por 5 minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como um dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, tive ontem oportunidade de assistir à reunião secreta que teve o objetivo de tomar o depoimento do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Paulo César Ximenes.

Embora a reunião tenha sido de caráter secreto, não creio que entre as informações trazidas pelo Sr. Presidente do Banco do Brasil haja algo que possa ser considerado realmente de caráter reservado ou de conteúdo formalmente sigiloso.

É muito importante registrar que, na orientação do Presidente do Banco do Brasil, na atenção dada aos bancos em dificuldade no período de crise de liquidez que antecedeu a intervenção no Banco Nacional, houve um comportamento, ao meu ver, sério, ponderado e rigorosamente equilibrado da direção do Banco.

O Banco forneceu os créditos do mercado interbancário enquanto esses créditos eram passíveis de retorno, porque eles se operam de um dia para o outro - portanto, a perda não se dá a longo nem a médio prazo, mas o dinheiro é recuperado no dia seguinte.

No entanto, creio que tudo o que ocorreu significa também que o Banco do Brasil tem um papel um pouco diferente, um pouco distinto daquele que tradicionalmente se espera de uma instituição como essa.

Ele não é apenas um banco de fomento para o setor agrícola, para o setor de pequenas e médias indústrias, para o pequeno e médio comércio nacional. Ele não é só um banco de lastro para o desenvolvimento, mas é um banco que, possuindo 30% do mercado, dá uma garantia de liquidez ao sistema. Portanto, mantendo um papel estratégico, decisivo, fundamental, no sistema financeiro.

Aquelas pessoas que destratam o Banco do Brasil, que supõem que créditos ou débitos do Banco do Brasil devem ser desprezados, na verdade, querem destruir essa instituição, que é um fundamento, uma das bases, do nosso sistema financeiro.

Isso reforça em mim a convicção que sempre tive, de que é importante preservar o Banco do Brasil e superar, definitivamente, colocar no esquecimento, no passado, aquele tipo de postura antiga em que se supunha: bem, um débito com o Banco do Brasil é débito que deve ser esquecido, que deve ser colocado no rol das contas que não precisam ser pagas, que deve ser colocado no rol das contas a serem perdoadas, a serem anistiadas, a serem esquecidas. Dívida com o Banco do Brasil ninguém quer pagar! Todo mundo se acha no direito de não pagar conta com o Banco do Brasil. Isso vai desde agricultores lá do meu Estado, o Rio Grande do Sul, até plantadores da cana-de-açúcar do Nordeste.

Não estou aqui fazendo discriminação ou injustiça alguma. Eu quero dizer que cada vez mais me convenço de que é um crime contra o País tratar o Banco do Brasil da forma como alguns devedores ou seus representantes políticos vêm fazendo.

Daí por que cada vez mais cresce a responsabilidade de tratar esses débitos com o Banco do Brasil com a seriedade de quem defende o Brasil, de quem defende o interesse nacional. Foi essa a conclusão que tirei, foi o que depreendi da análise que fiz do depoimento aqui trazido, ontem, embora em sessão reservada e secreta, pelo ilustre Presidente do Banco do Brasil, Dr. Paulo César Ximenes.

Quando o Banco é tratado dessa forma, isso infunde confiança na população, gera credibilidade. É preferível conhecer as mazelas, as dificuldades, a crise financeira do País e do próprio Banco do Brasil, a mascarar, com balanços que são falsos, maquiados e que produzem determinadas situações muitas vezes só para garantir gratificações aos funcionários ou renda aos acionistas. Isso é falso e é contrário aos interesses dos próprios funcionários, a longo prazo, e dos próprios acionistas, a médio e longo prazo, quanto mais do interesse inarredável,

que é aquele que está por trás desse Banco, dessa instituição - o interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Marluce Pinto enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDBCE) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quinze de março é o Dia Mundial do Consumidor. No Brasil, o Código de Defesa do Consumidor completa cinco anos. Mas a luta pelo direito do consumidor vem de longe.

Há um século, foi criada a Liga dos Consumidores de Nova Iorque. Tinha por objetivo elaborar e divulgar uma lista dos estabelecimentos comerciais que tratavam com humanidade os empregados. Mas ia além. Empenhava-se no combate à exploração da mão-de-obra infantil e feminina, à época comum nas indústrias têxteis.

Como atuava? Distribuíam uma etiqueta especial que era costurada nos artigos provenientes dos fabricantes sintonizados com o movimento. Os consumidores faziam a sua parte. Em apoio aos trabalhadores, compravam os produtos identificados pela etiqueta e boicotavam os demais.

Desnecessário dizer que a adesão à Liga foi crescendo. E educando o consumidor, que descobriu uma verdade simples: o poder de compra pode ser usado no exercício da cidadania.

Hoje, Sr. Presidente, quem adquire um produto ou um serviço sabe que transita em rua de mão dupla. Cumpre o seu papel: paga pelo bem. Se for lesado, já não se cala. Reclama. Vai aos órgãos de proteção do consumidor ou à Justiça.

Os dados são significativos. Cito dados do Procon de São Paulo. Em 1985, cerca de 45.000 pessoas apresentaram reclamações por se terem sentido prejudicadas na compra de determinado bem ou serviço. Um ano depois, houve acréscimo de 178% no número de queixas: 125.000 consumidores registraram sua insatisfação.

De lá para cá, Sr. Presidente, o número só tem aumentado. Desde então, nunca menos de 200.000 pessoas que se sentem prejudicadas em seu direito de consumidor recorrem ao órgão para buscar reparação ou indenização por danos sofridos.

Nosso Código de Defesa do Consumidor muito contribuiu para esse aprendizado de exercício de cidadania. Princípios como a proibição de práticas ou contratos abusivos, a inversão do ônus da prova, a responsabilidade objetiva do fornecedor e a criação

de instrumentos processuais de defesa coletiva para a implementação dos direitos conquistados deram forte alento à luta dos consumidores.

Muito se caminhou, é verdade. Mas ninguém pense que chegamos à situação ideal. Muito ainda há que ser feito. Muitos problemas ainda persistem.

O direito do cidadão à saúde, à educação e à moradia continua sendo desrespeitado neste alegre país tropical. Cito exemplos. Não se conseguiu ainda amenizar as dificuldades com os convênios médicos, com as mensalidades escolares e a qualidade do ensino. Tampouco se encontrou solução para as agruras de inquilinos e mutuários.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, conhecido por Idec, apontou diversas situações relacionadas à segurança, saúde e informação que praticamente não se adaptaram ao Código de Defesa do Consumidor.

Uma delas refere-se à existência de produtos inseguros e fraudados no mercado. A revista Consumidor S.A. divulga mensalmente os testes comparativos dos bens encontrados no mercado para os associados e órgãos de imprensa.

O que esperar dos órgãos governamentais quando a relação das fraudes vem a público? A resposta lógica seria uma só. Tomar providências concretas e severas. Chegar até a retirar os produtos de circulação. Só assim inibir-se-iam novas tentativas de fraude.

Mas a prática é outra. Verifica-se total desinteresse no saneamento do mercado. Alegando risco de desabastecimento, vão-se deixando as coisas como estão para regozijo dos fraudadores e prejuízo do consumidor.

Com isso, apesar de condenados pelo Idec, continuam nas prateleiras dos supermercados desde soquetes para lâmpadas, passando por chuveiros elétricos, óleo de oliva e biscoitos vitaminados que não atendem às exigências do Código de Defesa do Consumidor.

Há mais, Sr. Presidente. Muitos regulamentos com medidas de proteção ao consumidor estão defasados. Alguns, elaborados há três ou quatro décadas, ignoram os termos do Código de Defesa do Consumidor e a evolução tecnológica experimentada pela sociedade no período.

Sem o aperfeiçoamento da norma, o brasileiro continua a conviver com produtos inseguros postos à venda sem o devido controle sanitário. Não causam estranheza as notícias mais freqüentes do que desejaríamos de produtos contaminados que chegam à mesa do consumidor.

Os anabolizantes ou hormônios a que se recorre para a engorda do gado são exemplos que falam alto. De outro lado, defensivos agrícolas sabidamente prejudiciais à saúde são largamente utilizados, embora muitos deles estejam proibidos no país há décadas.

Tampouco nesse caso, Sr. Presidente, vêm-se iniciativas das autoridades competentes para reprimir os abusos e atualizar os regulamentos. Por quê?

Para concluir, Sr. Presidente, nobres Senadores, lembro mais um obstáculo apontado pelo Idec na defesa do consumidor. Trata-se da dificuldade de obtenção de informações de órgãos governamentais.

O Idec pede informações sobre a qualidade, o registro ou a certificação de um bem ou serviço, mas não recebe resposta. Quando a recebe, não raras vezes ela vem, digamos, censurada, adaptada ao politicamente correto. O que, desnecessário dizer, dificulta enormemente o trabalho do órgão.

Mais. Sem as informações adequadas, dificulta-se a defesa do consumidor. Além disso, desacreditam-se os órgãos reguladores, que perdem autoridade para impor maior transparência entre produtor e consumidor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os cinco anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor devem ser entusiasticamente comemorados. Em sua vigência, o Brasil não é mais o mesmo. O brasileiro mudou. Há mais consciência dos direitos e deveres de cada um. O consumidor sabe, cada vez com mais nitidez, que na era da supremacia do mercado, manda quem compra. Os fornecedores se deram conta da sua responsabilidade. E correm atrás da qualidade total.

Mas ainda há os que não acordaram. Alguns, lamentavelmente, aproveitam-se da inapetência ou despreparo do aparelho de fiscalização do Estado, que deveria estar a serviço da sociedade na proteção ao consumidor.

Para eles, vale lembrar a lição da Liga dos Consumidores de Nova Iorque. Hoje, mais do que então, a vez é do consumidor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste 19 de abril, novamente comemoramos o Dia Nacional do Índio. A data representa não apenas o momento de exaltação do papel histórico de nossos índios no processo de construção da civilização brasileira. Também,

não apenas representa a oportunidade para fazer um balanço dos sacrifícios impostos à comunidade, pela violência e desrespeito a sua vida, aos seus valores e à sua identidade cultural.

A data, mais que uma homenagem, deve servir, acima de tudo, para uma profunda reflexão sobre a mais adequada e justa política que permita aos silvícolas a garantia do pleno exercício da cidadania, do respeito ao seu habitat natural, do resguardo de seus valores morais, seus costumes e da manutenção e preservação de sua cultura.

Na realidade, a comunidade indígena brasileira, até bem pouco tempo, foi objeto de inúmeras violências, onde vimos reduzir-se o seu contingente populacional a número quase insignificante. A somatória de muitos fatos, como a impunidade praticada contra o silvícola por interesses escusos; a omissão das autoridades; a convivência com grupos marginais da população branca e o descaso governamental permitiu, infelizmente, a que chegássemos a esse processo de destruição de seu habitat e a degeneração de seus costumes.

A questão indígena não pode ser subordinada a discussões estéreis, emocionais e demagógicas, as quais, na verdade, serviram e ainda servem muito mais à promoção nacional e internacional de alguns "exploradores de sucesso" do que tem contribuído para a formulação de uma adequada e objetiva política indigenista no País. A formulação de uma política integrada e abrangente destinada à comunidade indígena, a meu ver, seria muito mais importante do que uma confusa política voltada quase que exclusivamente para a demarcação de reservas.

Fundamental, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é formular propostas destinadas a estabelecer diretrizes e ações corretas que permita ao índio o exercício pleno de sua cidadania; a possibilidade de seu acesso aos frutos do progresso econômico e social e a convivência, em alguns casos, com as comunidades não indígenas. Tudo isso de uma forma racional, de modo que sejam mantidos seus costumes; preservado seu habitat e resguardada sua cultura. A par das dificuldades que tudo isso possa representar, urge que assim o façamos, porque, caso contrário, estabeleceremos o isolacionismo "aparente" dos índios. Digo aparente na proporção que, como é sabido, grupos de interesses os mais diversos, hoje, se movimentam junto às comunidades indígenas com projetos os mais estranhos que violentam sua vida, seus conceitos, seus valores e sua cultura. Esse isolacionismo, a persistir, gerará dificuldades crescentes. Nossas comunidades índias, a

maioria, já assimilou costumes e usos do branco; participam de benefícios do progresso e merecem participar de serviços indispensáveis como a educação, a saúde e os instrumentos destinados à melhoria de suas condições de vida. Apenas para ilustrar uma possibilidade, bem sabemos da vulnerabilidade do silvícola diante de doenças comuns ao homem branco, uma porta sempre aberta para uma epidemia, o que representa uma constatação da ampla necessidade de uma visão mais completa, abrangente e integral no trato com a questão indígena. Pouco se faz, Sr. Presidente, em relação à educação sanitária e alimentar de nossos índios.

Fundamentalmente é preciso ter como premissas básicas que o índio tem o direito não só à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Nessa perspectiva, a política de valorização da cidadania indígena não só deve ter como preocupação permanente impedir agressões ao meio ambiente, ao seu espaço de sobrevivência e a preservação de seus costumes. Deve, também, garantir-lhe o acesso aos bens e serviços públicos básicos a uma existência com dignidade. Ademais, é crucial que se defina o **modus operandi** da convivência das comunidades indígenas com os seus irmãos caboclos, mestiços, mulatos e brancos, fisicamente próximos.

Precisamos, urgente, abraçar essa realidade. É crucial ter bastante claro e explícito que a política de governo em relação às comunidades indígenas não pode se restringir, apenas, em demarcar reservas. É preciso garantir, através da orientação sábia de indigenistas escrupulosos, preparados e dedicados, a execução de políticas que permitam aos silvícolas o direito ao exercício pleno de sua cidadania. Nossos índios clamam por melhores condições de vida. Não podemos relegá-los a uma condição à parte, discriminatória, não raras vezes em condições sub-humanas. Necessário é provermos, repito, apoio nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, etc., de forma a garantir-lhes os instrumentos básicos para que tenham melhor organização em suas atividades produtivas dentro do marco de preservação de sua identidade e valores culturais. Não mais podemos desconhecer realidades objetivas. Em Roraima e no País, onde quer que existam índios, a grande maioria dessas comunidades vão-se integrando, social, econômica e politicamente ao resto da população, via rede de serviços dos Estados e via estímulo à sua participação política ampliada cada vez mais. Em Roraima, particularmente, há muito deixou de ser novidade a representatividade de índios no

legislativo municipal. Lá os temos professores, educadores, funcionários públicos e vice-prefeito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito mais poderia falar a respeito de nossos índios. Com eles convivo há longo tempo e conheço seus anseios e aspirações. Muito mais ainda poderia ser dito em relação aos interesses escusos, fortíssimos e que extrapolam nossas fronteiras para a manutenção da atual situação, notadamente em se tratando de nossa Amazônia. Sei, entretanto, que novas políticas, neste particular, devam ser desenvolvidas. Não apenas abrangentes e integradas quanto aos seus objetivos e propósitos, mas, também, que busquem ações conjuntas das três esferas de governo. Mais ainda, que definitivamente excluam quaisquer ingerências externas nas suas definições e na sua condução. Nossos índios não podem ser objeto de interesses de alguns que pretendem mantê-los como se mantêm uma reserva ecológica, objeto de exibição, como se apenas fossem parte da fauna. Nossos índios são cidadãos brasileiros que exigem respeito à sua vida, à sua liberdade e à sua dignidade. O índio, como nós, é um nacional, membro de uma sociedade nacional, como assim também o é o fazendeiro, o professor, o médico, o aluno, etc., todos elementos radicados em solo brasileiro e cujos direitos não podem e não devem ser esquecidos, pois lembrados e cobrados são sempre seus deveres.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h13min.)

ATA DA 44ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1996

(Publicado no **Diário do Senado Federal**,
de 19 de abril de 1996)

RETIFICAÇÃO

Na página 6531, 1ª coluna, no antepenúltimo parágrafo, na comunicação da Presidência referente ao Ofício nº S/25, de 1996,

Onde se lê:

..., relativo à solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina,...

Lê-se:

..., relativo à solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo,...

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 448, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3731/96-0, resolve dispensar o servidor ADALBERTO JOSÉ CARNEIRO FILHO, matrícula 3941, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Auditoria de Programas, Símbolo FC-5, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 18 de abril de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 449, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4852/96-6, resolve dispensar o servidor ELIAS GONÇALVES ROSA, matrícula 2196, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Bello Parga, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1996, e lotá-lo na Subsecretaria de Administração de Pessoal a partir da mesma data.

Senado Federal, 19 de abril de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 450, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4876/96-2, resolve designar a servidora MÔNICA MONTEIRO COCUS, matrícula 3450, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Encarregado de Pesquisa, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1996.

Senado Federal, 19 de abril de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN Nº 001, DE 1996

Estabelece critérios para a promoção por mérito do ano de 1996, conforme disposto nos Arts. 19 a 26 e seu Parágrafo único, do PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO PRODASEN, instituído pela Resolução nº 51, de 1993.

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, no uso de sua competência definida no art. 22, do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, instituído pela Resolução nº 51, de 1993, Resolve:

Art. 1º Será concedida promoção por mérito aos servidores do Prodasen mediante a elevação de 1 (um) padrão, no mesmo nível, observados o interstício e demais requisitos estabelecidos no Plano de Carreira, citado, e o que estabelece o art. 6º deste Ato.

Art. 2º O interstício para promoção por mérito será de doze meses, conforme dispõe o art. 20, § 2º do citado Plano, e terá início em 1º.01.95 e término em 31.12.95.

Art. 3º Concorrerão à promoção por mérito todos os servidores do Prodasen com exceção daqueles que durante o interstício:

I - estiverem posicionados no último padrão do respectivo Nível;

II - sofreram suspensão disciplinar, apurada em processo administrativo;

III - sofreram condenação pela justiça comum;

IV - afastaram-se do serviço com perda de vencimento;

V - afastaram-se do serviço em virtude de:

a) tratamento de saúde de pessoa da família, com remuneração, em conformidade com o art. 103, inciso II, da Lei nº 8.112/90;

b) atividade política, em conformidade com o art. 103, inciso III, da Lei nº 8.112/90;

c) desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

d) licença para desempenho de mandato classista;

VI - estiverem em cumprimento de estágio probatório, conforme dispõe o art. 25, do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen.

Parágrafo Único. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas neste artigo, a contagem do inter-

stício somente será reiniciada em 1º de janeiro subsequente.

Art. 4º O servidor que concorrer à promoção por mérito, terá seu "Padrão de Desempenho" apurado pela chefia imediata, através de avaliação a ser realizada em abril de 1996, contemplando os seguintes fatores de avaliação:

I - Rendimento e Qualidade do Trabalho - até 50 pontos;

II - Iniciativa e Cooperação - até 20 pontos;

III - Assiduidade e pontualidade - até 15 pontos;

IV - Urbanidade e Disciplina - até 15 pontos.

§ 1º O Padrão de Desempenho decorrente da avaliação de que trata este artigo será representado pelos seguintes conceitos:

I - até 60 pontos - "**Insuficiente**";

II - acima de 60 pontos - "**Suficiente**".

§ 2º Durante o estágio probatório, o servidor não concorrerá a qualquer das formas de promoção, devendo submeter-se, tão somente, a treinamento do tipo introdutório ou de conhecimentos gerais, contado o tempo de serviço para efeito de interstício, de acordo com o disposto no art. 25, do Plano de Carreira dos servidores do Prodasen.

Art. 5º Serão promovidos em 1996, os servidores que não estiverem enquadrados em qualquer dos casos enumerados no art. 3º e que obtiverem conceito "**Suficiente**" como Padrão de Desempenho.

Parágrafo Único. Se o servidor obtiver conceito "**Insuficiente**" na avaliação anual de desempenho, será promovido por antiguidade, uma vez decorrido novo interstício de 12 (doze) meses.

Art. 6º A promoção por mérito, a que se refere o art. 1º deste Ato, terá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 7º A Coordenação de Recursos Humanos (CRH/DAF) fará a apuração do total de pontos das avaliações e publicará no Quadro de Avisos do Prodasen, após aprovação do Diretor-Executivo, a relação dos servidores e respectivos conceitos.

Parágrafo Único. O servidor que discordar do resultado de sua avaliação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação dos resultados no Quadro de Avisos do Prodasen, para, mediante documento devidamente por ele instruído e autuado pelo Setor de Expediente e Arquivo (SEA), interpor recurso ao Diretor-Executivo, a quem cabe a decisão final sobre o resultado das avaliações.

Art. 8º O Diretor-Executivo, mediante procedimento específico, após a decisão sobre os recursos

interpostos, homologará os resultados das avaliações e expedirá ato próprio autorizando o processamento das promoções pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH/DAF).

Art. 9º O servidor que, atendendo ao período de interstício e demais requisitos, se aposentar ou vier a falecer sem que o ato de promoção tenha sido publicado, será considerado, para todos os efeitos, com direito à promoção.

Art. 10. Os casos omissos neste Ato serão resolvidos pelo Diretor-Executivo, ouvido o Diretor da Divisão Administrativa e Financeira.

Art. 11. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 17 de abril de 1996. – **Senador Odacir Soares**, Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 37, DE 1996

O Diretor Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 14 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e considerando os fatos constantes do Processo PD-516/94-5, Resolve:

Art. 1º Declarar nulo, com fulcro no art. 59 da Lei nº 8.666/93, o contrato nº 008/1995, firmado pelo Prodasen com a Coramar Empresa de Conservação Ltda.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 12 de abril de 1996. – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor Executivo do Prodasen.

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º) Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º) Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAÍAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1148	1-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/87
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
VAGO		7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCÉLINO PÉREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	
ROMEU TUMA	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e RÔMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
VAGO		2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-VAGO	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLEY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PPS + PSL: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES****VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
VAGO		6-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIPO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-86)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requillo
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero José		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPS	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Oemar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Pizzei		Elias Abrahão
Valdir Colatite		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Monteiro		Yeda Crusius
	PPS	
Felício Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dionísio Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-86

² Filiado ao PSDB em 22-6-86

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-6-86

⁴ Júlio Redecker substituído por Felício Júnior, em 1-8-86

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villenain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes - Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

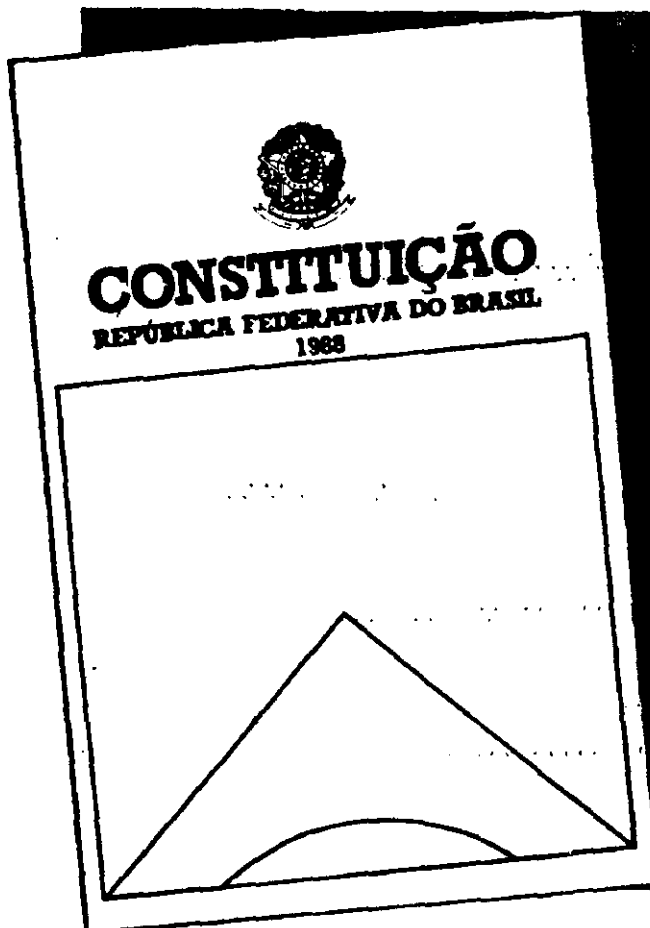
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente n° 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente n° 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS